



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**BRASÍLIA  
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**BRASÍLIA  
MARÇO/2011**

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

MJ – Ministério da Justiça

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça

DEEST – Departamento de Estrangeiros

DEJUS – Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

COCIND – Coordenação de Classificação Indicativa

COESO – Coordenação de Entidades Sociais

DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

LAB-LD -Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

ETP – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

PNETP – Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

CA – Central de Atendimento

UJ – Unidade Jurisdicionada

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

GAFI – Grupo de Ação Financeira

FATF – Financial Action Task Force

MPF – Ministério Público Federal

## LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I -	Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	93
II -	Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	94
III -	Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	95
IV -	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	95
V -	Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	95
VI -	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito referente ao item 5 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	97
VII -	Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos Programas de Trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos referente ao item 4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	97
VIII -	Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, referente ao item 31 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	97
IX -	Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	98
X -	Relação dos Programas de Governo ou dos fundos executados que não estão de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.3 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	98
XI -	Demonstrativo do quantitativo de terceirizados irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.4 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....	99
XII -	Providências adotadas para substituição dos servidores terceirizados irregulares por servidores concursados (Acórdão TCU n.º 1.520/2006-Plenário) referente ao Quadro II.C.5 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	99

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.....	4
SUMÁRIO.....	5
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
<b>A- CONTEÚDO GERAL .....</b>	<b>30</b>
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	30
QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL..	30
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	30
2.1) Responsabilidades institucionais.....	30
2.1.1) Competência institucional.....	30
2.1.2) Objetivos estratégicos.....	331
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	33
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	33
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	39
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade.....	41
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	41
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	41
Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo.....	41
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ.....	43
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	43
Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ.....	43
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	47
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	47
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	47
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes.....	47
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	47
2.4.2) Programação Orçamentária da Despesa.....	48
2.4.2.1) Programação de Despesas de Capital.....	48
2.4.2.2) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	48
Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	48
<b>2.4.2.3)           Movimentação           Orçamentária           por           Grupo           de</b> <b>Despesa.....</b>	<b>51</b>
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	51
2.4.3) Execução Orçamentária da Despesa.....	52
2.4.3.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	52
2.4.3.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação.....	52
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ..	52
2.4.3.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	52

Quadro A.2.9 – Despesas correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	52
2.4.3.1.2) Despesas de capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	53
Quadro A.2.10 – Despesas de capital por Grupo e Elemento de Despesa do Crédito Originário da UJ.....	53
2.4.3.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	53
2.4.3.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	53
2.4.3.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	54
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	54
2.4.3.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	55
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	55
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....</b>	<b>55</b>
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	55
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	55
3.2) Análise Crítica.....	56
<b>4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....</b>	<b>56</b>
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	56
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	56
4.2) Análise Crítica.....	56
<b>5. RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>56</b>
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	56
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	56
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	58
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	59
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	59
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	59
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	59
5.3) Composição do Quadro de Estagiários.....	60
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	60
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos.....	60
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	60

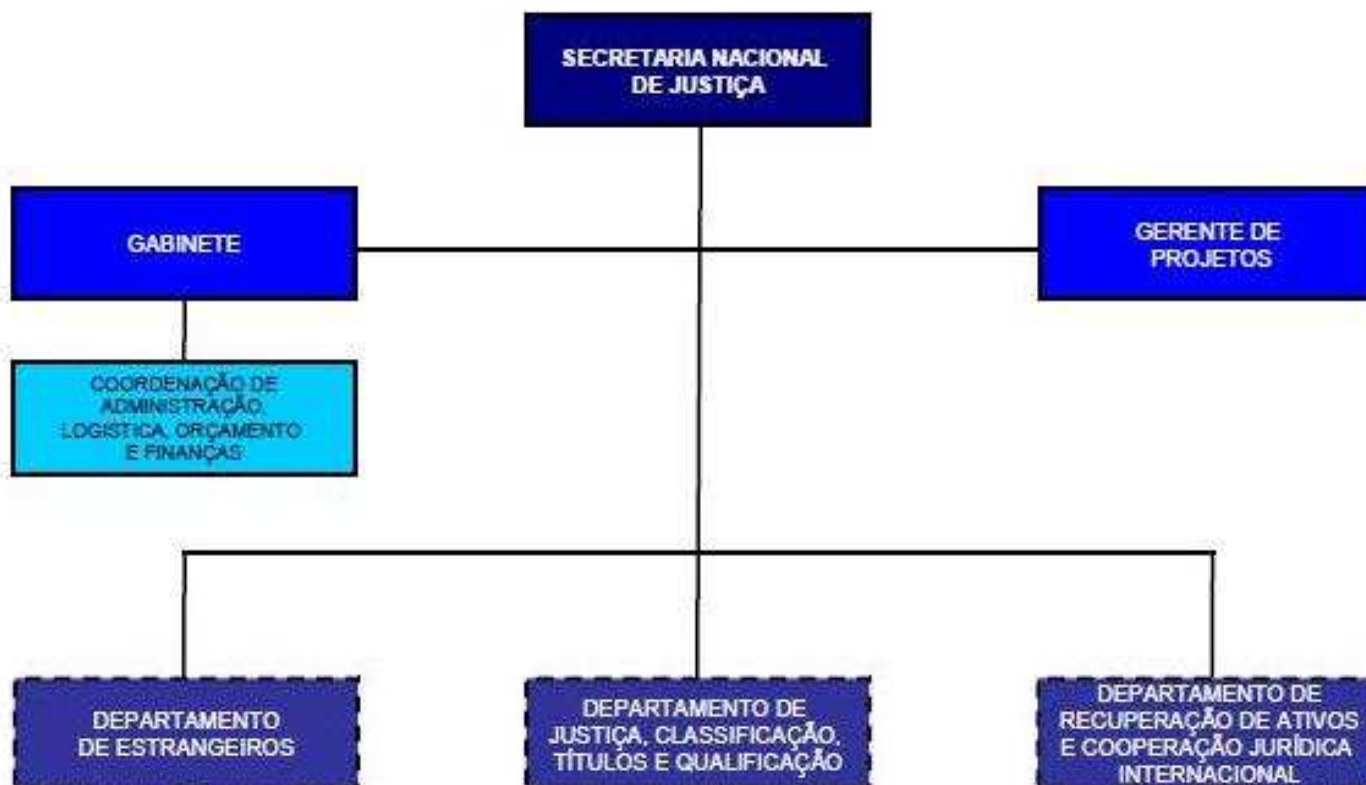
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	61
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	61
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	62
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	664
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	65
<b>6. TRANSFERÊNCIAS.....</b>	<b>70</b>
6.1) Transferências efetuadas no exercício.....	70
6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010.....	70
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	72
6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	74
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	74
6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes.....	74
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	74
6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio e de contratos de repasse.....	74
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	74
6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	75
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	75
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.....	76
<b>7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>78</b>
7.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	78
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....	78
<b>8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>79</b>
8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	80
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	80
<b>9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>81</b>
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	81
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União... ..	81
Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	81
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	83
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	83
<b>10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>83</b>
10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	83

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	83
<b>11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM</b>	
<b>RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>84</b>
11.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	84
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	84
11.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	84
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	84
11.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	85
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	85
11.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	85
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	85
<b>12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....</b>	<b>86</b>
12.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	86
Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	86
12.2) Análise Crítica.....	90
<b>13. RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>91</b>
13.1) Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ.....	91
13.2) Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las.....	91
<b>14. ANEXOS.....</b>	<b>93</b>

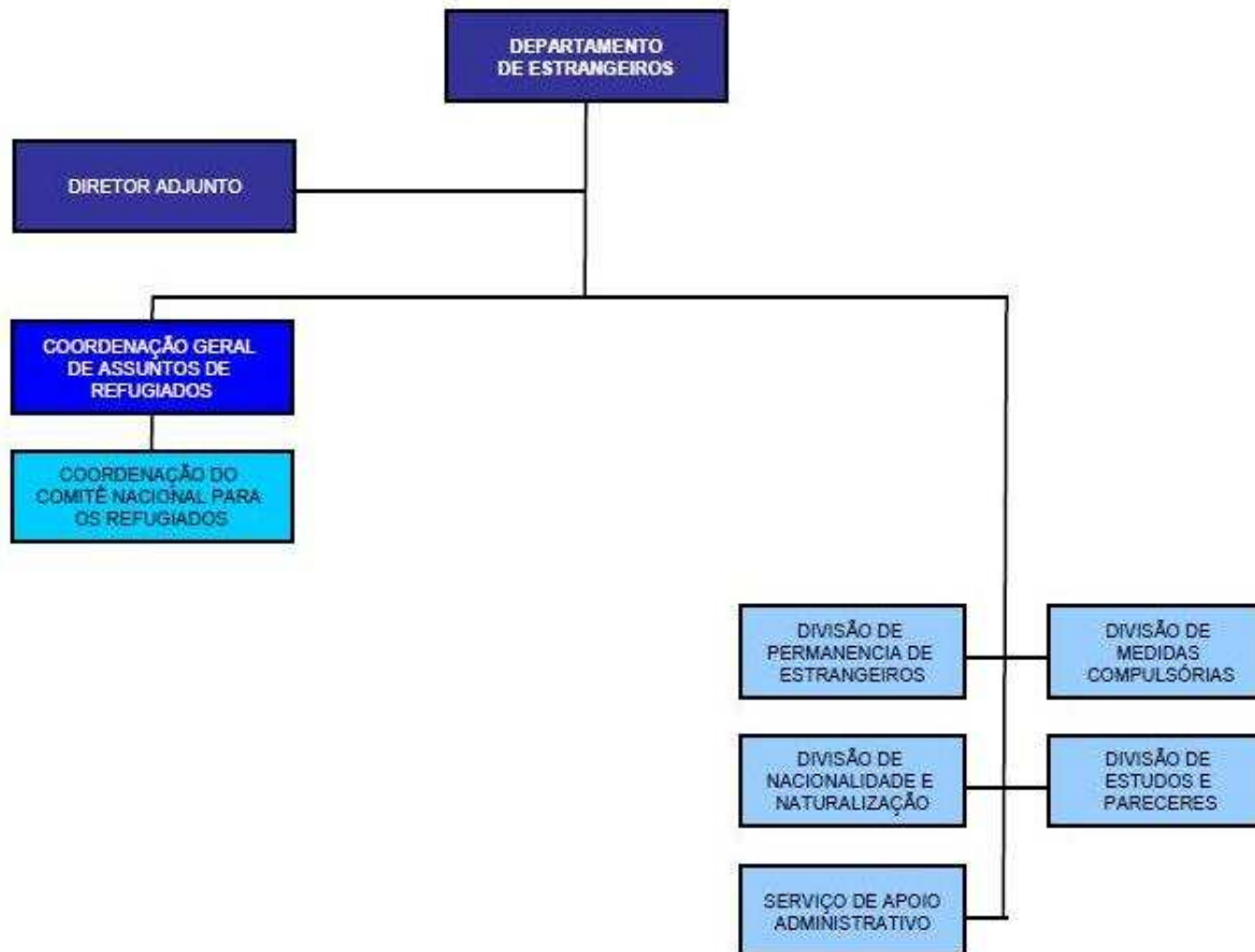


## ORGANOGRAMA FUNCIONAL

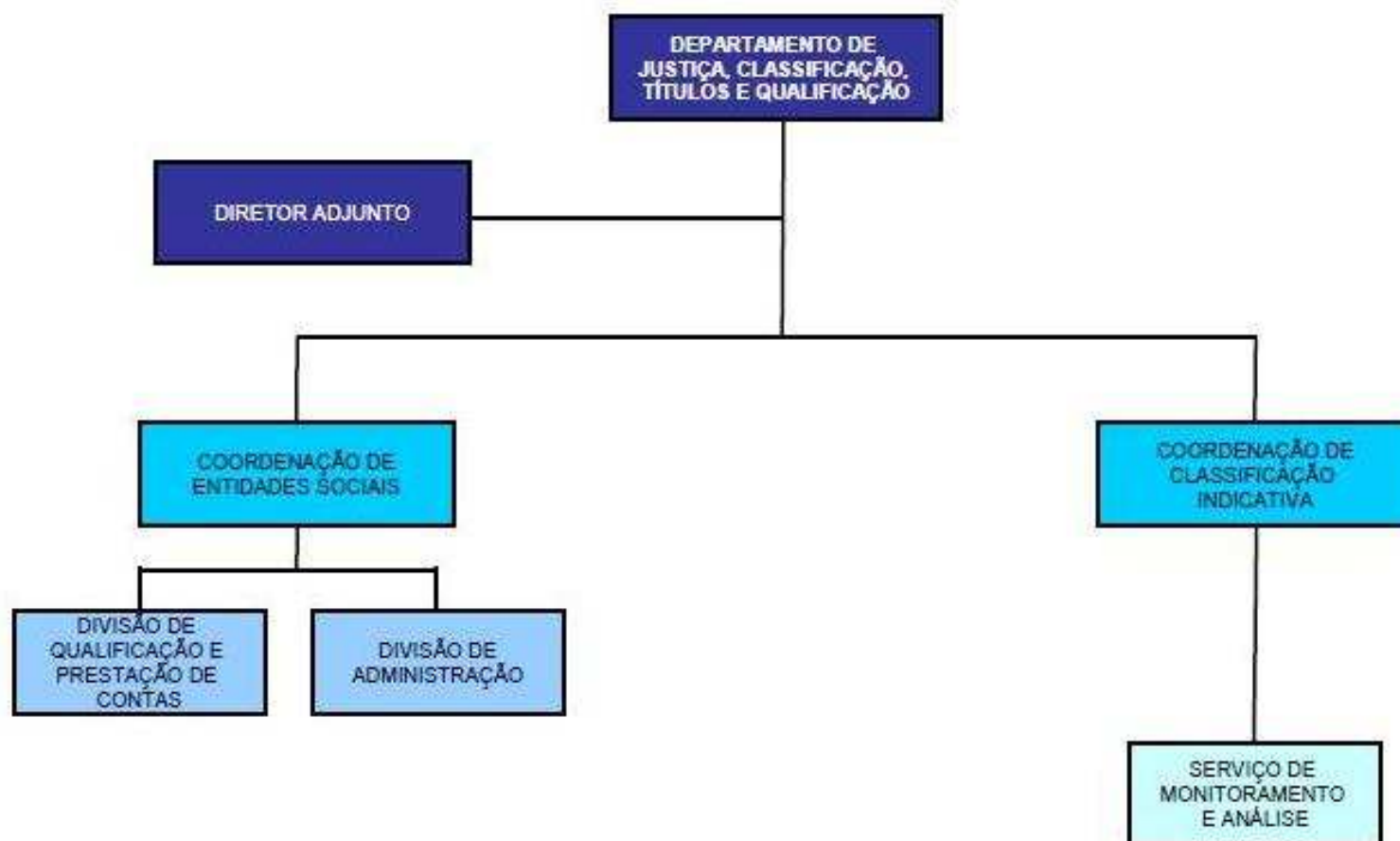
# ESTRUTURA DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



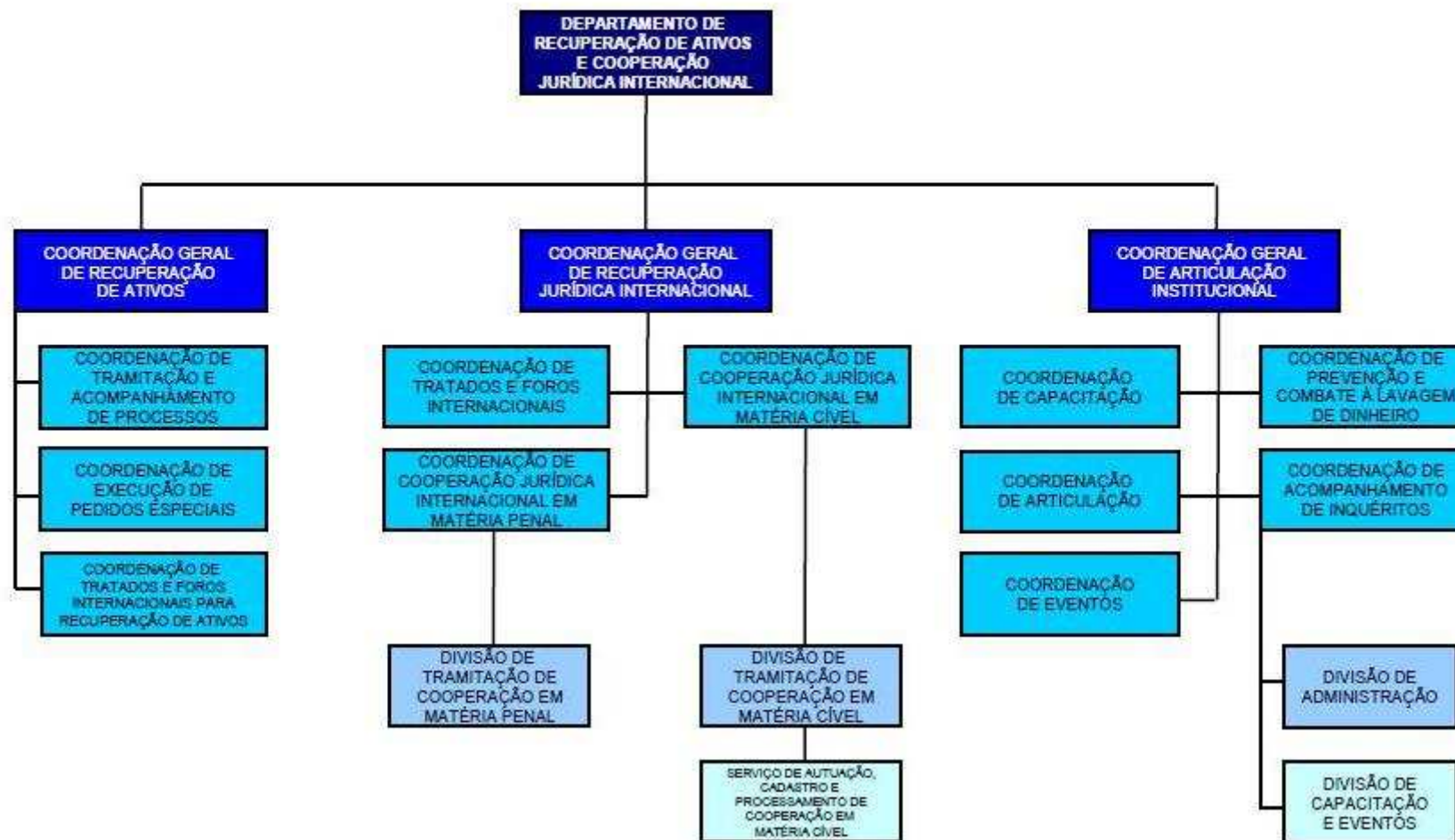
**ESTRUTURA DA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**  
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



**ESTRUTURA DA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA**  
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)



**ESTRUTURA DA  
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
(DEC. 6.061/2007 atualizado em Janeiro 2011)**



## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por finalidade compor o processo de Tomada de Contas do exercício de 2010, o qual está estruturado conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010, as quais contribuíram significativamente para composição deste Relatório.

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, formula, implementa e monitora importantes políticas públicas, presta serviços públicos relevantes, bem como articula parcerias com órgãos públicos e privados, sempre com enfoque na promoção de justiça e cidadania para aprofundar e consolidar a democracia, com mudanças sociais. Tais temas, compreendidos em seu sentido amplo, representam os conceitos-base de mobilização e luta pela consolidação de direitos e reafirmação da democracia.

Dentre as finalidades da SNJ, cumpre destacar a coordenação da política de justiça; a proteção dos direitos da criança por meio do aprimoramento do processo de classificação indicativa para cumprir a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente; a qualificação e titulação e acompanhamento de entidades do Terceiro Setor para promover o reconhecimento de entidades que atuam pela realização de direitos e pela cidadania; o fortalecimento de uma política migratória focada no resguardo dos direitos fundamentais do migrante, na solidariedade e no respeito aos direitos humanos, conjugada com a responsabilidade com a segurança do país; a coordenação da política nacional sobre os refugiados; o enfrentamento ao tráfico de pessoas; a cooperação jurídica internacional; e a orientação e coordenação de ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos.

Para cumprir tais objetivos, a SNJ está estruturada nos seguintes departamentos:

1. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)
2. Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS)
3. Departamento de Estrangeiros (DEEST)

Além desses, o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP) é um programa vinculado ao Gabinete do Secretário Nacional de Justiça e também incorpora a estrutura da SNJ.

O Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS) conduz um importante processo de discussão democrática da classificação indicativa no Brasil para, ao lado da sociedade e da família, fazer cumprir fielmente as normas contidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda no âmbito do DEJUS, há a importante questão da qualificação e titulação de entidades do Terceiro Setor. Para proporcionar à população o exercício do controle social e democrático sobre a atuação do Estado e das entidades sociais foi criado o Cadastro Nacional de Entidades, que contribui ainda para promover o reconhecimento de entidades que há décadas atuam pela realização de direitos e pela cidadania.

No âmbito do Departamento de Estrangeiros (DEEST) merece menção o fortalecimento de uma política migratória focada no resguardo dos direitos fundamentais do migrante, conjugada com a responsabilidade com a segurança do país e a coordenação da política nacional sobre refugiados. O DEEST é responsável por registros e averbações em volume acentuado, incluindo: pedidos de vistos e de transformações; conferência de nacionalidade e pleitos de naturalização; instrução e preparação de medidas compulsórias (deportação, expulsão e extradição); apresentação e tramitação de casos de reciprocidade de tratamento internacional; negociação e operação de acordos internacionais de extradição, transferência de presos e regularização migratória; representação no Conselho Nacional de Imigração; participação em Grupos Técnicos e Reuniões de Ministros de Justiça e do Interior do Mercosul, entre outras atividades.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) foi criado com o objetivo de dar ao Estado brasileiro maior eficiência no combate ao crime, em especial ao crime organizado. A reformulação das políticas públicas de combate à lavagem de dinheiro, recuperação de ativos ilícitos e cooperação jurídica internacional foi considerada prioritária, uma vez que o enfrentamento da criminalidade organizada não pode mais permanecer centrado apenas na prisão de pessoas, mas deve, com urgência, incluir o seqüestro e perdimento de instrumentos e produtos do crime.

Cabe ressaltar o bem-sucedido Programa de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (ETP). No início era apenas um programa de cooperação técnica internacional para combater um grande problema transnacional. Em 2006, foi aprovada a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948/06), que acabou desencadeando o processo de construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, iniciado e concluído satisfatoriamente nessa gestão.

### **As principais realizações da gestão no exercício foram:**

No Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), na Ação de Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos, a Secretaria Nacional de Justiça desenvolveu os seguintes projetos:

**Pesquisa sobre Merchandising Infantil** – o estudo foi realizado a pedido do Ministério Público Federal. O DEJUS/SNJ/MJ monitorou os programas infantis das principais emissoras brasileiras de canal aberto, durante o período de férias escolares. O estudo revelou que grande parte desses programas estimula o consumo infantil apresentando diferentes produtos, dirigindo-os somente para meninas ou somente para meninos, não necessariamente exibem a marca dos brinquedos e geralmente vinculam o produto a um prêmio gerado por competição. A pesquisa foi finalizada e disponibilizada ao MPF e à Secretaria de Direito Econômico para providências.

**Pesquisa Latino-americana da Programação Infantil:** Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e Chile (organizador do estudo) analisaram as programações infantis nacionais e transnacionais para estabelecer um panorama da realidade televisiva do continente. Foram analisados os programas educativos e de entretenimento destinados a crianças de até 12 anos. Entre as conclusões, verifica-se que os desenhos animados dominam a programação infantil em todos os países pesquisados. O Brasil, no entanto, apresenta uma característica peculiar: os desenhos animados fazem parte de um programa infantil com outras atrações, além de desenhos. O programa geralmente é exibido por intermédio de apresentadores que introduzem as séries animadas para o público, enquanto se comunicam com as crianças usando linguagem infantil e distribuindo prêmios para a audiência. O entretenimento predomina diante da finalidade educativa dos programas infantis na América do Sul. Aventura e “enfrentamento bélico” são as temáticas mais presentes em programas infantis da região, com poucas alterações.

Ainda segundo a pesquisa, quanto ao público-alvo, Brasil e Chile apresentam realidades similares. A maior parte da programação infantil é voltada para crianças entre 6 e 9 anos. Há uma baixa oferta para crianças com até 5 anos e uma significativa oferta para pré-adolescentes. Na Argentina, grande parte da programação é dirigida a pré-adolescentes; enquanto no Peru a programação é mais voltada a pré-escolares. Tanto a Colômbia (27,3%) como o Brasil (22,4%), apresentaram uma alta proporção de conteúdo educativo com foco no conhecimento e informação. O Brasil é o país que apresenta conteúdos educativos com maior relevância para compreensão do tema abordado.

**Oficinas técnicas de classificação indicativa:** realização de duas oficinas dirigidas a emissoras de televisão, produtoras, distribuidoras de filmes e vídeos. Depois das oficinas, a homologação do Ministério da Justiça às classificações atribuídas pelas empresas, que já era boa – cerca de 85% -, hoje passa de 95%.

As duas primeiras oficinas dirigidas à comunidade acadêmica foram realizadas para os estudantes de comunicação social da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo (SP). A oficina aconteceu por convite de professora da Universidade que participara de oficina realizada para emissoras em São Paulo.

**Portaria MJ nº 3.203/2010:** a regulamentação da Classificação Indicativa em Mostras e Festivais de Filmes e Vídeo veio para assegurar o direito da informação sobre as faixas etárias para as quais os filmes não se recomendam também nestes eventos. Pela Portaria, os produtores devem autoclassificar as obras apresentadas. Ou seja, não há análise prévia, como de praxe para filmes e vídeos. Isto, para atender a realidade dos Festivais que têm a diversidade temática e o ineditismo das obras como características.

**Lançamento do Debate Público Online sobre a Classificação Indicativa:** o Debate foi lançado em 18 de novembro de 2010, com a previsão de durar 30 dias. No entanto, visando à coleta de contribuições mais diversificadas e qualificadas, a SNJ estendeu prazo do término do debate para 28 de janeiro de 2011. O objetivo é atualizar e aprimorar as normas e os critérios da política de classificação indicativa, em vigor há quatro anos. Das cinco portarias que regulavam a matéria, apenas uma - construída e consolidada participativa e democraticamente - contemplará todos os temas. Todo debate ocorre na plataforma digital do portal Cultura Digital, vinculado ao Ministério da Cultura. Para participar, o cidadão deve se cadastrar no portal. O endereço eletrônico é [culturadigital.br/classind](http://culturadigital.br/classind). Para realização do Debate, três reuniões específicas foram realizadas: Mídia e Sexualidade, Mídia e Drogas e Mídia e Violência. As reuniões foram marcadas pela presença de diversos atores envolvidos com a temática.

**Desenvolvimento da campanha da classificação indicativa:** para tornar a Classificação Indicativa ainda mais clara e próxima ao dia-a-dia das famílias brasileiras, a SNJ desenvolveu campanha – a ser lançada no primeiro bimestre de 2011 - envolvendo materiais como cartilhas, cartazes, *folders* e filmetes para veiculação na tevê e cinemas. A campanha tem o seguinte slogan “Não se engane. Tem coisas que seu filho não está preparado para ver.” Em 2010, milhares de cartazes que fazem parte da campanha já começaram a ser distribuídos.



**Classind:** continuidade do desenvolvimento do novo sistema da Classificação Indicativa, o Classind. Com o sistema, a capacidade e agilidade da análise e divulgação da classificação será aprimorada.

**Balanco:** um total de 10.765 obras foram classificadas em 2010. Deste total, 7.212 foram destinadas aos mercados de cinema e doméstico, 3.081 para televisão, 130 reconsiderações e 342 jogos eletrônicos e de interpretação (RPG). Outros 4.366 programas foram monitorados. Todos os contatos encaminhados via “Fale Conosco” foram respondidos. O total de contatos soma 303.

Na Ação de Cadastro Nacional de Entidades, a Secretaria Nacional de Justiça realizou os seguintes projetos:

**Força tarefa para apurar representações administrativas** - a força tarefa, formada por três servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) teve o objetivo de regularizar a rotina processual, com a análise de processos administrativos e de denúncias visando à cassação do título de Utilidade Pública Federal, à desqualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) ou à desautorização de Organizações Estrangeiras a funcionarem no País.

**Prestações de contas pelo CNEs/MJ:** O formulário de prestação de contas das entidades sociais tituladas como de Utilidade Pública Federal (UPF), das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e das Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil passou por adaptações visando a simplificar as informações prestadas por estas entidades. Ressalta-se que após análise pela Coordenação responsável, tais dados são disponibilizados no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNEs/MJ que poderá ser acessado pelo cidadão, sem cadastro prévio ou senha, garantindo a transparência das atividades dessas entidades.

**Certidão de Regularidade** expedida pelo CNEs/MJ – [www.mj.gov.br/cnes](http://www.mj.gov.br/cnes) – obteve ganhos de credibilidade e confiabilidade e passou a ser exigida como pré-requisito para repasses de verbas públicas na esfera federal e também na municipal.

**Medalhas:** regulamentação da concessão de medalhas pela Portaria MJ nº 752, de 4 de maio de 2010. São medalhas de distinção por serviços extraordinários prestados à humanidade.

**Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Federal:** compartilhamento de dados do CNEs/MJ. Os dados poderão ampliar a transparência, o controle e a fiscalização das atividades das entidades sociais cadastradas pelo MJ e em atuação no País.

**Consulta Externa de Andamento Processual (CEAP):** o desenvolvimento do CEAP permitirá ao cidadão acompanhar pela Internet os processos em trâmite no Ministério da Justiça, que tratem de

qualificação, titulação, autorização e prestação de contas de entidades sociais. A implantação do sistema está prevista para o primeiro bimestre de 2011.

**SG-COESO:** continuação do desenvolvimento do sistema gerencial da Coordenação de Entidades Sociais, que possibilitará mais agilidade no trâmite de processos e na expedição de documentos. Maio de 2011 é a data prevista para a integração total do sistema.

**Balanco 2010:** o balanço de atividades de 2010 aponta que 7798 organizações estrangeiras foram autorizadas a funcionar no País, 292 entidades receberam o título de Utilidade Pública Federal - UPF (contra 113 negadas), 272 qualificações como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP foram expedidas (contra 639 negadas) e 9.979 Certidões de Regularidade foram concedidas às UPFs, OSCIPs e Organizações Estrangeiras que prestaram contas de suas atividades ao Ministério da Justiça.

No banco de dados do CNEs/MJ temos:

Utilidade Pública Federal (UPF): 12.465;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): 4.324;

Organizações Estrangeiras autorizadas a funcionar no País: 98.

## **Departamento de Estrangeiros (DEEST)**

### **Centro de Memória da Imigração no Brasil**

Continuidade ao Projeto do “Centro de Referência da Memória da Imigração no Brasil”, que será instalado no Mezanino do Salão Negro do edifício-sede deste Ministério, local que permitirá pleno alcance de seu propósito, a exemplo de outros prédios públicos de notório apelo turístico da cidade, a exemplo do Congresso Nacional, Itamaraty, e as novas edificações do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional, na Esplanada dos Ministérios, que atualmente compõem o roteiro do turismo cívico na Capital. A instalação do projetado Centro de Memória no Ministério da Justiça.

### **Missões internacionais**

A participação do DEEST em eventos e reuniões internacionais constitui oportunidade de divulgar e defender as políticas públicas brasileiras na área da migração, além de contribuir para difusão e fortalecimento da posição do Brasil em relação aos imigrantes, perante os mais diversos países.

Nesse sentido, entendendo a necessidade de manutenção da postura internacional do Brasil no âmbito migratório e a importância dos demais temas de competência do DEEST, este fez-se representar em diversas missões internacionais, quais sejam:

- VI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil e França;

- VII Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras – FRONTUR;
- II Reunião Consular de Alto Nível Brasil e Espanha;
- VI Curso de Direito Migratório Internacional;
- LXXXI Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum – GMC;
- II Reunião do Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Questões Consulares e Migratórias Brasil e França;
- X Conferência Sulamericana sobre Migrações;
- Reuniões dos Comitês de Fronteira Brasil e Argentina;
- XIII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil e Colômbia;
- II Seminário Internacional sobre Sequestro de Crianças;
- Reunião do Grupo de Trabalho da INTERPOL para o fortalecimento da Difusão Vermelha;
- I Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, realizado no Rio de Janeiro;
- III Sessão da Comissão Mista Brasil Camarões;
- X Reunião do GT sobre Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Venezuela;
- VIII Reunião de Ministros da Justiça ou Procuradores Gerais das Américas – REMJA VIII;
- III Fórum da Aliança das Civilizações;
- II Encontro de Autoridades Centrais em Matéria de Extradicação e Assistência Jurídica;
- XII Reunião de Cooperação Consular Brasil e Estados Unidos da América;
- Workshop sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal e Extradicação, promovido pelo UNODC;
- V Reunião Interseccional da Conferência Sulamericana sobre Migrações;
- VI e VII Reuniões do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo;
- Reunião sobre Serviços e Investimentos entre Brasil e México;
- III Reunião do Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Jurídicos Brasil e Japão;
- I Congresso Internacional “Migrações Internacionais no Século XXI”;
- I Jornada de Trabalho sobre Mão de Obra Estrangeira no Brasil, realizado pela Câmara Brasil e Espanha;
- Reunião Técnica de Autoridades Centrais brasileiras e paraguaias em Matéria de Transferência de Pessoas Condenadas;
- Seminário das Américas sobre Gestão de Riscos e Crises no Setor do Turismo;
- Seminário de Haia sobre Escolha de Foros e Litígios Internacionais, realizado no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça;
- IV Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento;

- I Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Lançamento da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente;
- Reunião sobre Livre Circulação de Pessoas entre Brasil e Argentina; e
- Seminário sobre Perspectiva para a Faixa de Fronteira.

### **Negociações de Acordos Internacionais**

No ano de 2010 foram negociados e/ou assinados, no âmbito do Departamento de Estrangeiros, Acordos Internacionais de grande relevância para o Brasil, conforme abaixo relacionados:

- Acordos bilaterais sobre Transferência de Pessoas Condenadas com os seguintes países: Argélia, Austrália, Benin, Equador, Japão, Polônia e Rússia;
- Acordos sobre Extradicação com os seguintes países: África do Sul, Argélia e Áustria;
- Acordo sobre Intercâmbio de Treinandos entre Brasil e Suíça;
- Acordo sobre Residência, Estudo e Trabalho para Nacionais Fronteiriços brasileiros e colombianos; e
- Acordo Operacional sobre Cooperação nos Controles Migratórios Fronteiriços entre Brasil e Argentina.

Merece destaque, também, a finalização do Texto do Acordo sobre Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre os Estados Parte do Mercosul e Associados, o qual foi assinado pelos Ministros da Justiça dos Estados Parte do Mercosul, em 12 de novembro de 2010.

O Acordo supra, cuja proposta de negociação foi lançada no curso da Presidência Pro Tempore brasileira no ano de 2006, servirá como ferramenta de relevante valor para o fortalecimento da integração regional e o combate ao crime organizado transnacional na região, que permitirá atuação coordenada das autoridades das Partes para a efetivação da captura e entrega de pessoas procuradas por terem cometido delitos integrantes do rol dos crimes próprios de organizações transnacionais, cuja repercussão dá-se, cumulativamente, em vários Estados.

### **Participações em Órgãos Colegiados:**

Devido a natureza das matérias que encerra, o DEEST mantém cadeiras em diversos Grupos de Trabalho, Conselhos e Comissões, representado nos seguintes Órgãos colegiados:

- Conselho Nacional de Imigração – CNIg: é o Órgão colegiado responsável pela elaboração da política imigratória brasileira, por meio da criação e elaboração de normas que regulam o fluxo migratório para o Brasil, em situações não estabelecidas em Lei.

- Grupo de Alto Nível para a Livre Circulação de Pessoas entre o Brasil e a Argentina: composto por representantes governamentais do Brasil e da República Argentina, busca harmonizar a política migratória dos dois países, visando ao estabelecimento da livre circulação de pessoas entre seus territórios.

- Grupo de Trabalho visando Aperfeiçoamento de Políticas que viabilizem a gestão do Turismo Náutico brasileiro: formado por diversos Órgãos governamentais e da sociedade civil, tem como objetivo primordial o desenvolvimento do turismo náutico brasileiro. A participação do DEEST neste grupo é de grande importância no sentido de compreender os problemas pelos quais as empresas de turismo náutico passam quando da concessão ou prorrogação dos vistos dos trabalhadores marítimos, e com isto estabelecer planos de ação com vistas à melhoria do serviço administrativo prestado. Demais, toma conhecimento do fluxo migratório na região.

- Grupo de Trabalho Brasil-Japão sobre Assuntos Consulares e Jurídicos: neste Grupo de Trabalho são discutidas as legislações internas dos países visando a alcançar pontos comuns para se obter consenso quanto à negociação de acordos de extradição, e demais aéreas da cooperação jurídica internacional, transferência de pessoas condenadas. Ademais, são tratadas questões relativas à situação de brasileiros no Japão e, em menor escala, de japoneses no Brasil.

- Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre Desenvolvimento Fronteiriço: o GT Brasil-Venezuela foi instituído com vistas a discutir e harmonizar questões migratórias entre os dois países. As últimas tratativas dão conta da existência de negociação e assinatura de Acordo para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço nas cidades gêmeas dos dois países.

Ainda no âmbito da representação internacional, a Secretaria Nacional de Justiça, por meio do DEEST é responsável pela Coordenação dos Encontros da Comissão Técnica de Justiça – CTJ e das Reuniões do Foro Especializado Migratório – FEM, do Mercosul.

Durante as presidências *Pro Tempore* do Brasil, que ocorrem a cada dois anos, o DEEST é responsável por toda a etapa substancial das reuniões, inclusive pela elaboração de minutas de acordos e defesa destes nas discussões das plenárias. Mesmo quando os encontros são realizados em outros Estados Parte, os representantes do DEEST atuam como coordenadores das Delegações

brasileiras na CTJ e no FEM, que são integradas, também, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Departamento de Polícia Federal.

### **Publicações**

Em 2010, foi publicada a 2ª edição do Livro “Transferência de Pessoas Condenadas”, bem assim o respectivo Folder informativo sobre o tema, cujo objetivo precípuo foi divulgar ações administrativas e canais disponíveis para a população.

O Foro Especializado Migratório, da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul e Estados Associados, coordenado pelo DEEST, aprovou *folder informativo* visando à divulgação dos Acordos sobre Residência para nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile, promulgados por meio dos Decretos nº 6.964 e 6.975, respectivamente, de 29 de setembro, e 07 de outubro de 2009.

O *folder* contém informações gerais para que os interessados possam sanar eventuais dúvidas e viabilizar sua regularização migratória em um dos países signatários do Acordo à luz do novo instrumento, ressaltando o caráter humanitário do Instituto.

### **Modernização e Desburocratização da Prestação de Serviços:**

Com vistas à harmonia, modernização e desburocratização dos serviços administrativos prestados, o DEEST tem revisado todas as comunicações oficiais e expedientes internos, como despachos, memorandos, ofícios, avisos, e outros, possibilitando uma melhor compreensão dos atos administrativos pelas partes envolvidas nos processos de sua competência.

Nesse contexto, cite-se que todos os Avisos Ministeriais acerca de processos de extradição encaminhados pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça ao Supremo Tribunal Federal passaram a ser acompanhados de Notas Técnicas informativas, a fim de facilitar a compreensão daquele Órgão quanto à tramitação dos autos e respectivos procedimentos neste Ministério.

No mesmo sentido, foram editadas Ordens de Serviço sobre padronização dos procedimentos administrativos e sobre tramitação de expedientes prioritários – urgentes e urgentíssimos – no DEEST.

A primeira resultou do trabalho de capacitação com todos os funcionários do Departamento e objetivou a implementação de novos modelos de despachos, capa de processos, termos e carimbos administrativos formais que passaram a ser utilizados na instrução dos processos administrativos.

A segunda Ordem de Serviço, que trata da tramitação prioritária dos documentos classificados como “urgentes” e urgentíssimos”, elaborada pela Divisão de Estudos e Pareceres do DEEST, foi confeccionada devido à necessidade de evitar gargalos administrativos ocasionados pelo acúmulo de demandas de grande relevância a serem devidamente respondidas ou encaminhadas para os Setores competentes. Objetiva-se possibilitar ao agente público a diferenciação das demandas de rotina daquelas prioritárias, permitindo que este possa facilmente identificá-las e dar encaminhamento com a brevidade necessária.

Outra medida importante para a desburocratização da prestação de serviços foi a publicação da Portaria nº 023, de 22 de outubro de 2010, que altera o artigo 1º da Portaria nº 47, de 15 de dezembro de 2009 e dispõe sobre vistas e extração de cópias de autos de processos administrativos no âmbito do Departamento de Estrangeiros.

Dita Portaria, a exemplo do que ocorre nos demais Órgãos do Poder Judiciário, garante aos advogados todos os direitos e prerrogativas da profissão quanto ao acesso aos procedimentos administrativos em trâmite no DEEST, e ao mesmo tempo proporciona melhor segurança administrativa ao acesso e manipulação de autos.

A nova Portaria permitirá que os formulários de requerimento de prorrogação de prazo de estada, transformação de visto e permanência definitiva de estrangeiros no Brasil sejam assinados pelo representante legal da empresa que tem interesse na prestação dos serviços por eles oferecidos.

No ano de 2009, conforme previsto, foram informatizados os registros de naturalização, possibilitando a emissão de Certidões Negativas *on line*. Dando continuidade ao Projeto, no ano de 2010, o DEEST contratou, por meio de adesão à ata de preços, empresa para realizar o trabalho de indexação das imagens dos registros de naturalização no banco de dados já criado, que permitirá a visualização não só dos dados do registro e, também, da imagem do documento onde os mesmos estão inseridos.

## **COORDENAÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (ETP)**

A partir do Plano, vários estudos e pesquisas sobre o tema já foram ou estão sendo desenvolvidos, visto que só se pode enfrentar um fenômeno do qual se tenha conhecimento. E, a partir dos estudos desenvolvidos, os agentes públicos e profissionais que atuam na sociedade civil adquirem subsídios para lidar com esse fenômeno complexo e dinâmico.

### **Publicações:**

- Série Boas Práticas III – Prevenção ao Tráfico de Pessoas com Jovens e Adolescentes;
- Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Relatório do Plano Nacional;
- Série Pesquisa e Estudos – I Prêmio Libertas – Enfrentamento ao Tráfico de pessoas;
- ICMPD – International Centre for Migration Policy Development – Guidelines for the Development and Implementation of a Comprehensive National Anti-Trafficking Response;
- CNBB- Seminário Nacional sobre o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – 10 e 11 de Outubro de 2008 Brasília - DF;
- Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado;
- Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Trilingue.

### **Atendimento às vítimas:**

O eixo de atenção às vítimas foi priorizado, com a ampliação da rede de atenção às vítimas do tráfico de pessoas e o estabelecimento de novas parcerias. Citando-se a implementação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos estados do Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e Postos Avançados nos municípios de Belém, Cruzeiro do Sul, Guarulhos, Rio de Janeiro e Fortaleza;

Criação e fortalecimento dos Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher;

Apoio à estruturação de abrigos a mulheres vítimas de violência ou traficadas e seus filhos;

Apoio à estruturação dos novos Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS;

### **Capacitação:**

Mais de 30 mil agentes públicos que atuam, direta ou indiretamente, com a temática foram capacitados.



Além das ações citadas acima, também destacamos a realização de campanhas de mobilização e sensibilização voltadas ao público em geral; a realização de oficinas, seminários e encontros para promover a discussão sobre o tema; criação de sistema de informações sobre tráfico de pessoas, dentre outras.

**Os planos e projetos para o exercício seguinte são:**

O DEJUS/SNJ/MJ prevê a realização dos seguintes projetos em 2011: (i) Modernizar, otimizar e ampliar infraestrutura física e tecnológica do Departamento para acompanhar os avanços tecnológicos e de telecomunicações; (ii) Ampliar, realocar e desenvolver competências, com foco em resultados; (iii) Capacitar equipe; (iv) Intensificar a cooperação internacional; (v) Firmar parcerias; (vi) Realizar pesquisa na área de Classificação Indicativa; (vii) Promover a articulação institucional para o desenvolvimento, ampliação e divulgação do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ); (viii) Iniciar discussão sobre a revisão da Lei nº 9.790/90 (Lei de Oscips); (ix) Publicar portaria atualizando normas e critérios da Classificação Indicativa; (x) Elaborar novas publicações e distribuir as existentes; (xi) Divulgar a campanha de Classificação Indicativa; (xii) Acompanhar o desenvolvimento de sistemas de informação para otimizar as atividades do Departamento.

**DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS (DEEST)**

Os planos e projetos para o exercício 2001, relativamente ao DEEST/SNJ/MJ são: i) instituição de uma Conferência Nacional dos Migrantes; ii) Criação de um Fórum de participação de social; iii) revisar os atos normativos em vigor, seja por meio de encaminhamento de proposta do executivo ou alteração imediata quando o ato originário competir a autoridade do MJ; iv) formalizar parcerias com a Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Justiça, para que os estrangeiros, independentemente de sua situação migratória no País, possam ter assegurados os direitos fundamentais e tenham conhecimento destes; v) informatização dos registros e processos relativos a estrangeiros visando reduzir o tempo de análise e tramitação dos pedidos; vi) elaboração de manual com o objetivo de orientar sobre a legislação referente à situação jurídica de estrangeiros no Brasil, de forma simples e direta, bem assim auxiliar na instrução de pedidos cuja competência para decisão é da SNJ; vii) negociar acordos de extradição, transferência de pessoas condenadas e outros em matéria migratória, inclusive com a revisão de acordos em vigor que não estejam em consonância com as necessidades fáticas a que se propõem, além de harmonizar a implementação

entre as Partes de acordos em vigor; e viii) difundir o instituto da transferência de pessoas condenadas.

## **DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (DRCI)**

Em 2011, o DRCI vem buscando retomar determinadas negociações de acordos de cooperação jurídica internacional nas matérias penal e civil, de modo a potencializar os resultados a serem obtidos em termos de viabilização da cooperação e da recuperação de ativos. Figuram como prioridades acordos em matéria penal com as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens, Luxemburgo e Liechtenstein. Demandas externas levaram à negociação nos primeiros meses do ano de acordo sobre matéria penal com Hong Kong e no envio de proposta da mesma natureza para a Bolívia e no recebimento de minuta de acordo enviada pela Costa Rica. Da mesma maneira, o DRCI foi comunicado informalmente que existe interesse da Itália na renegociação do acordo de cooperação em matéria penal. Ao mesmo tempo, seguem as negociações com Rússia, Ucrânia e Turquia.

Já com relação à matéria civil, deve-se iniciar ou dar continuidade, entre outros, a negociações com o Canadá, a Irlanda, o Japão e a Suíça. Seguem as tentativas de retomar as negociações com o México e de aproveitar o interesse italiano sobre temas penais para renegociar o acordo sobre matéria civil.

Observa-se ainda a importância de realizar consultas sobre a aplicação de tratados em matéria penal com a China, Itália e com os membros do Mercosul e, em matéria civil, com a Espanha, os Estados Unidos da América, a França, a Itália e os membros do Mercosul, com o intuito de promover o uso mais eficaz dos instrumentos bilaterais e multilaterais, bem como para estabelecer medidas práticas que auxiliem a implementação da cooperação entre os países.

Neste ano, o Departamento finalizará estudo sobre a conveniência da adesão à Convenção Europeia de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal, bem como encaminhará ao Congresso Nacional, em conjunto com o Itamaraty, exposição de motivos com vistas à ratificação da Convenção da Haia de Alimentos de 2007.

As Convenções da Haia de Acesso à Justiça e de Obtenção de Provas deverão ser objeto de ratificação pelo Brasil, demandando a indicação do DRCI como respectiva Autoridade Central. Providência análoga deverá ser tomada com relação à Convenção de Auxílio Mútuo em Matéria Penal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, caso esta finalize sua tramitação congressional.

Com relação aos foros internacionais cuja coordenação ou acompanhamento cabem ao DRCI, merecem especial menção a finalização da avaliação do Brasil quanto à implementação da

Convenção de Mérida e o processo de seguimento do resultado da avaliação do sistema de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, efetuado pelo GAFI e pelo GAFISUD. Nessa avaliação, finalizada em 2010, o Brasil passou a integrar o mecanismo de follow-up daqueles organismos, devendo, a partir de então, apresentar ações realizadas para a melhoria do combate à lavagem de dinheiro a cada 2 anos para o GAFI e, semestralmente, para o GAFISUD. Merece ainda destaque o processo de revisão da Metodologia de avaliação do GAFI, que deverá continuar ao longo de 2011.

Também em 2011, a atuação do DRCI nas redes de cooperação jurídica internacional e de recuperação de ativos deverá ser intensa. No início do segundo semestre o Departamento presidirá a Segunda Reunião Técnica para a Discussão do Estabelecimento de Rede e Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em temas de Família e Infância, da Organização dos Estados Americanos – OEA, que provavelmente ocorrerá em Washington, Estados Unidos da América. Além da implementação da rede supramencionada, o DRCI incluirá novos pontos de contato e seguirá envolvido nos trabalhos da Rede Penal da OEA, da Rede de Recuperação de Ativos do GAFISUD – RRAG, da Rede de Cooperação Jurídica da CPLP e da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica – IberRede. Também merece menção o fato de que está prevista a realização de três eventos de disseminação da IberRede pelo país (Brasília, Recife e São Paulo), o que está em negociação com aquela Rede e com os demais membros da respectiva Seção Nacional, que é coordenada pelo DRCI, nos termos da Portaria Conjunta deste Ministério, da Procuradoria-Geral da República – PGR e do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Serão ainda empreendidos esforços de aproximação do Camdem Assets Recovery Inter-Agency Network, clube fechado que congrega órgãos nacionais de recuperação de ativos de relevantes parceiros internacionais, notadamente aqueles ligados à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Por fim, mantido o padrão existente de participação internacional do DRCI, em 2011, serão efetuados entre trinta e quarenta afastamentos internacionais, o que atenderia a cerca de 35% das demandas por reuniões de foros internacionais da sua competência e de reuniões para negociações de acordos já previstas para ocorrer no exterior.

De 23 a 26 de novembro, foi realizada a Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA 2011, em Florianópolis/SC, contando com a participação de aproximadamente 150 servidores de mais de 60 órgãos. Além da aprovação dos trabalhos realizados ao longo de 2010 e das 17 (dezessete) ações a serem executadas em 2011, foi deliberada uma nova estrutura de funcionamento para a Estratégia, visando torná-la mais eficaz.

Assim, foram extintos os grupos temáticos e o Comitê Executivo do Gabinete de Gestão Integrada – GGI e a ENCCLA passou a funcionar da seguinte forma: (i) a Plenária, formada por todos os órgãos participantes, se reunirá uma vez por ano para aprovar os trabalhos do ano que passou e as ações a serem executadas no(s) ano(s) subsequente(s); (ii) o GGI, formado por 25 órgãos mais diretamente ligados à prevenção e combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, se reunirá bimestralmente para acompanhar o andamento das ações, planejar os rumos da Estratégia e decidir assuntos pontuais; e (iii) os Grupos de Trabalho, formados por um órgão coordenador e órgãos colaboradores voluntários, responsáveis por executar as ações aprovadas pela Plenária, terão tantas reuniões quantas necessárias para atingir o objetivo da ação.

Vale frisar que no relatório da última avaliação do País pelo Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro – GAFI, deste ano, a ENCCLA foi reconhecida como um “mecanismo eficaz para facilitar políticas e a cooperação operacional em nível nacional”.

Ao longo do ano, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – PNLD, idealizado pela ENCCLA, vários cursos foram realizados nos Estados da Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Roraima, Acre, dentre outros, com a participação de mais de 1000 (hum mil) agentes de diversos órgãos, tais como Ministérios Públicos, Polícias Federal e estaduais, Controladoria Geral da União - CGU, Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, Tribunal de Contas da União – TCU, Poder Judiciário, Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, etc.

Entre 26 a 29 de outubro, foi realizado o primeiro curso do Programa GROTIUS Brasil, no Estado do Acre, contando com a participação de promotores, policiais, etc, e, em dezembro, o segundo curso do mesmo programa, realizado na Bahia, treinando Delegados de Polícia Federal de todo o Brasil. O Programa GROTIUS Brasil tem por finalidade difundir o tema “Cooperação Jurídica Internacional”, valendo-se da experiência adquirida pela coordenação do PNLD.

Verificando a necessidade de ampliar o alcance dos cursos do PNLD, o qual já conta com mais de 7000 (sete mil) agentes treinados, no final de 2010, teve início o projeto de reformulação desse Programa que, em sua primeira etapa, tem por objeto permitir que os temas básicos, a parte conceitual das matérias de corrupção e lavagem de dinheiro sejam difundidas por cursos à distância, utilizando-se a parte presencial dos cursos para matérias práticas e análise de casos.

Ainda, em dezembro de 2010, o DRCI realizou: (i) o “I Seminário sobre Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional”, em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, trazendo a sociedade civil para um amplo debate sobre os temas propostos e (ii) o “Encontro Sobre Provas e Gestão da Informação:

Novos Paradigmas”, em parceria com o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República, no qual foram discutidas as novas formas de gerenciamento, apresentação e análise da informação para fins de prova, respeitando-se os princípios constitucionais e regras legais.

### **COORDENAÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (ETP)**

No âmbito do PRONASCI, serão celebrados novos convênios entre a União e os Estados ou Municípios, a fim de implementar ações de enfrentamento em diversas localidades. Nos Estados, serão instalados novos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nos municípios, serão implementados Postos Avançados.

No âmbito da mobilização e articulação institucional, será realizado o II Encontro Nacional de Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e a Adesão da Campanha Coração Azul, do UNODC.

O Sistema de Informações referente ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Integratio) será oficialmente lançado, firmando-se parcerias com instituições para viabilizar a coleta de dados.

Capacitações estão previstas para ocorrer, especialmente para agentes do sistema de justiça e segurança pública.

## A- CONTEÚDO GERAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

#### QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria Nacional de Justiça			
<b>Denominação abreviada:</b> SNJ			
<b>Código SIORG</b> 009518		<b>Código LOA:</b> 30101	<b>Código SIAFI:</b> 30101
<b>Situação:</b> ativa/inativa/em liquidação			
<b>Natureza Jurídica:</b> Vide relação no texto descritivo			
<b>Principal Atividade:</b>			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2025.3145	(061) 2025-9344	(061) 2025-9954
<b>E-mail:</b> snj@mj.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://portal.mj.gov.br/snj">http://portal.mj.gov.br/snj</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Ministério da Justiça - Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício sede - 70064-900 Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Administração, essencial à Justiça e Direitos da Cidadania. A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, seção II, art. 8º. Decreto nº 7.115, de 19 de fevereiro de 2010 - Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG e altera o Anexo II do Decreto nº 6.061.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Publicação no DOU do Regimento Interno, Portaria nº 1.443, de 12 de setembro de 2006, Publicada no DOU de 13 de setembro de 2006.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Classificação Indicativa no Brasil: Desafios e Perspectivas Classificação Indicativa: Construindo a Cidadania na Tela da Tevé Manual da Nova Classificação Indicativa Guia Prático da Classificação Indicativa Guia Prático para Entidades Sociais Manual de Entidades Sociais do Ministério da Justiça			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ		Não se Aplica à Natureza Jurídica da UJ	

### 2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

#### 2.1) Responsabilidades institucionais

##### 2.1.1) Competência institucional

A Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, teve sua atual estrutura organizacional definida pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, seção II, art. 8º, conforme segue:

- a) coordenar a política de justiça, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Governos Estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil;
- b) tratar dos assuntos relacionados à escala de classificação indicativa de jogos eletrônicos, das diversões públicas e dos programas de rádio e televisão e recomendar a correspondência com as faixas etárias e os horários de funcionamento e veiculação permitidos;
- c) tratar dos assuntos relacionados à nacionalidade e naturalização e ao regime jurídico dos estrangeiros;
- d) instruir cartas rogatórias;
- e) opinar sobre a solicitação, cassação e concessão de títulos de utilidade pública, medalhas e sobre a instalação de associações, sociedades e fundações no território nacional, na área de sua competência;
- f) registrar e fiscalizar as entidades que executam serviços de microfilmagem;
- g) qualificar as pessoas de Direito Privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- h) dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos ao direito da integração e as atividades de cooperação jurisdicional, nos acordos internacionais em que o Brasil seja parte;
- i) coordenar a política nacional sobre refugiados;
- j) representar o Ministério no Conselho Nacional de Imigração; e
- l) orientar e coordenar as ações com vistas ao combate à lavagem de dinheiro e à recuperação de ativos.

#### *2.1.2) Objetivos estratégicos*

Os Programas sob a responsabilidade da SNJ tem a finalidade de promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia. As ações destes programas estão sendo executadas pelas áreas específicas desta Secretaria de forma direta, descentralizada ou por meio de transferências, considerando as peculiaridades e a adequação de cada ação.

O Público alvo que tem acesso aos produtos gerados pelos programas é determinado e priorizados em função do impacto do resultado das ações sobre suas demandas e necessidades, podendo ser vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na

prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional.

Institucionalização das atividades da SNJ

Reestruturação organizacional da SNJ

Transversalidade da atuação das unidades – DEJUS, DRCI, DEEST e ETP

PRONASCI - SDE - COMISSÃO DE ANISTIA – SENASP – DEPEN – FUNAI – DPF – DPRF – SAL – SRJ – CONJUR

### **Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI)**

Protagonismo e afirmação do Brasil no âmbito internacional

Disseminação da cooperação jurídica internacional \_ estados e instituições

Combate à impunidade transnacional

Bloqueio e recuperação de ativos

Política pública de combate às fontes financiadoras da criminalidade nacional e transnacional

Exercício da competência de Secretaria Executiva da ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;

Coordenação do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD);

Exercício da competência de Autoridade Central na Prestação Internacional de Alimentos;

Negociação de Acordos de Cooperação Jurídica Internacional bilaterais.

Análise e tramitação de pedidos de cooperação jurídica em matéria penal, inclusive os que visam à recuperação de ativos;

### **DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS (DEEST)**

São objetivos estratégicos do Departamento de Estrangeiros:

- Difundir o instituto da transferência de pessoas condenadas;
- Dar efetividade aos pedidos de extradição ativa e passiva;
- Humanizar a imigração, tendo presente que esta é inerente ao homem, que deve ter assegurados os seus direitos fundamentais, independente de nacionalidade e de sua situação migratória no país de destino;



- Aumentar o número de acordos de extradição e transferência de pessoas condenadas, visando no primeiro caso facilitar seu trâmite e no segundo viabilizar sua concretização.
  - Desburocratizar o trâmite dos pedidos de competência do Departamento de Estrangeiros, inclusive informatizando sua análise e/ou atendimento.

## **DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO (DEJUS)**

Política pública de classificação indicativa

Consolidação da política de integração federativa no âmbito jurídico – manual, capacitação,

## **ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (ETP)**

Implementação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados;

Sistematização, elaboração e divulgação de estudos, pesquisas, informações e experiências sobre a temática;

Capacitação e formação de atores envolvidos direta ou indiretamente no enfrentamento ao tráfico de pessoas;

Articulação, estruturação e consolidação, a partir dos serviços e redes existentes, de uma rede nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico de pessoas;

Aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos;

Fomentação de cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas;

Criação e aprimoramento de instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas;

Fomentação de cooperação internacional para a repressão ao tráfico de pessoas.

### 2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

#### 2.2.1) *Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida*

A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), por meio de seus Departamentos de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), de Estrangeiros (DEEST), de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP), (para execução das políticas públicas de sua competência), atuou estrategicamente na ampliação da infra-estrutura para execução do trabalho, publicação e distribuição de materiais

impressos e mobilização social para a geração de conhecimento e o debate acerca dessas políticas públicas.

No que se refere à política de Classificação Indicativa, a atuação estratégica ocorreu com a realização do II Seminário Nacional de Classificação Indicativa, com ciclo de palestras temáticas, a implementação do projeto Mídia e Cidadania em outras localidades do País e uma oficina de trabalho, dirigida às emissoras de televisão, para esclarecimento sobre os critérios e métodos de interpretação da classificação indicativa.

Com relação à classificação indicativa, a ampliação da capacidade de monitoramento da programação de televisão em todo País é imprescindível para a efetividade da política pública.

Em referência ao Cadastro Nacional de Entidades, os objetivos foram realizar seminário nacional para discutir a legislação atinente às qualificações oficiais das entidades sociais e suas reflexões na vida da população brasileira; bem como melhorar as condições de trabalho com a aquisição de mobiliário e equipamentos.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional gerencia e coordena o Programa Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, com o objetivo de promoção de ações nas áreas de articulação, planejamento, monitoramento, capacitação, recuperação de ativos e gestão do conhecimento, com vistas a impedir a compensação financeira da atividade criminosa organizada, reduzindo o estímulo à formação e a manutenção de organizações criminosas. O seu sucesso é importante fator na diminuição das ocorrências de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, como corrupção, tráfico de drogas e armas, entre outros.

Vale ressaltar que este Programa já atingiu diversos resultados importantes, entre eles a implantação de uma unidade modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em *hardware*, *software* e a adequação de perfis profissionais necessários a essa análise tecnológica. O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, o Lab-LD, como é conhecido.

O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) busca ser centro de referência na análise de grandes volumes de informação em casos de lavagem de dinheiro. Para tanto, utiliza

ferramentas de tecnologia da informação aliadas a um avançado método de trabalho, desenvolvido e testado cientificamente. O principal objetivo do LAB-LD é criar e difundir metodologia capaz de dar resposta tempestiva aos processos, por meio de provas consistentes e sucintas para os casos sob investigação.

Sua implantação é resultado de trabalho interinstitucional realizado no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Os parâmetros para seu início foram definidos em meta estabelecida na ENCCLA para o ano de 2006. Dessa forma, o Laboratório faz parte de uma estrutura definida de trabalho que prevê a articulação dos órgãos envolvidos na prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

No âmbito da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro, foi realizada a oitava edição da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA 2011), nos dias 23 a 26 de novembro de 2010, em Florianópolis, Santa Catarina. Durante essa reunião foram apresentados os avanços obtidos ao longo de 2010, entre os quais se destacaram: mapeamento das dificuldades e vulnerabilidades no processo de rastreamento de recursos no sistema financeiro, apontamento e execução de soluções; análise e atuação junto ao Poder Legislativo acerca dos PLs que tratam dos Bingos e Jogos Eletrônicos; análise e propositura de aperfeiçoamento da atuação dos órgãos de prevenção, controle e persecução penal com vistas a corrigir falhas e desenvolver mecanismos que eliminem o anonimato das companhias *offshore* no Brasil; análise da atuação de milícias nos Estados da Federação na prática de corrupção e na lavagem de dinheiro dela decorrente; disponibilização e disseminação da tecnologia para análise dos extratos de quebra de sigilo bancário, SIMBA; análise dos pontos de fragilidade e de vulnerabilidades em convênios celebrados por órgãos do Poder Executivo Federal.

O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, juntamente com o Programa de Capacitação em Cooperação Jurídica Internacional, capacitou, ao longo de 2009 e 2010, 2873 agentes.

Para 2011, a Secretaria Nacional de Justiça pretende dar continuidade aos cursos de capacitação, com a diferença de que haverá, em uma primeira fase, a utilização do ensino à distância (EAD). O EAD permitirá que os cursos tenham um alcance consideravelmente maior no que diz respeito à quantidade e à localização de agentes públicos, a um menor custo. Além disso, permitirá que se crie

uma base de conhecimento para que, em uma segunda fase presencial, os capacitados possam ter um grau de conhecimento mais avançado.

Além disso, a formação de parcerias com órgãos e entidades federais e estadual, que atuam diretamente em casos de lavagem de dinheiro, continuou como foco do trabalho do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça, no que diz respeito à Ação 8218 – Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro. A formação das parcerias permitiu ao DRCI-SNJ atuar em casos práticos, possibilitando o teste de métodos e ferramentas e a produção de relatórios com informações estratégicas para os órgãos de combate à lavagem de dinheiro.

No que diz respeito à cooperação jurídica internacional, em 2010 a Secretaria Nacional de Justiça obteve a quebra de sigilo bancário de aproximadamente 290 contas mantidas em instituições financeiras em bancos estrangeiros. Além de ter logrado repatriar ativos ilicitamente enviados ao exterior como, por exemplo, duas obras de artes relativas ao Caso Banco Santos, as quais foram avaliadas em USD 210.000,00 e USD 590.400,00, respectivamente. Avançou-se significativamente nas tratativas com as autoridades suíças com vistas à repatriação de 40 milhões de francos suíços, relativos ao Caso Propinoduto. Estima-se que esses valores serão devolvidos ao Brasil ainda no primeiro semestre de 2011.

Em 2011, o DRCI vem buscando retomar determinadas negociações de acordos de cooperação jurídica internacional nas matérias penal e civil, de modo a potencializar os resultados a serem obtidos em termos de viabilização da cooperação e da recuperação de ativos. Figuram como prioridades acordos em matéria penal com as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens, Luxemburgo e Liechtenstein. Demandas externas levaram à negociação nos primeiros meses do ano de acordo sobre matéria penal com Hong Kong e no envio de proposta da mesma natureza para a Bolívia e no recebimento de minuta de acordo enviada pela Costa Rica. Da mesma maneira, o DRCI foi comunicado informalmente que existe interesse da Itália na renegociação do acordo de cooperação em matéria penal. Ao mesmo tempo, seguem as negociações com Rússia, Ucrânia e Turquia.

Já com relação à matéria civil, deve-se iniciar ou dar continuidade, entre outros, a negociações com o Canadá, a Irlanda, o Japão e a Suíça. Seguem as tentativas de retomar as negociações com o

México e de aproveitar o interesse italiano sobre temas penais para renegociar o acordo sobre matéria civil.

Observa-se ainda a importância de realizar consultas sobre a aplicação de tratados em matéria penal com a China, Itália e com os membros do Mercosul e, em matéria civil, com a Espanha, os Estados Unidos da América, a França, a Itália e os membros do Mercosul, com o intuito de promover o uso mais eficaz dos instrumentos bilaterais e multilaterais, bem como para estabelecer medidas práticas que auxiliem a implementação da cooperação entre os países.

Neste ano, o Departamento finalizará estudo sobre a conveniência da adesão à Convenção Européia de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal, bem como encaminhará ao Congresso Nacional, em conjunto com o Itamaraty, exposição de motivos com vistas à ratificação da Convenção da Haia de Alimentos de 2007.

As Convenções da Haia de Acesso à Justiça e de Obtenção de Provas deverão ser objeto de ratificação pelo Brasil, demandando a indicação do DRCI como respectiva Autoridade Central. Providência análoga deverá ser tomada com relação à Convenção de Auxílio Mútuo em Matéria Penal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, caso esta finalize sua tramitação congressional.

Com relação aos foros internacionais cuja coordenação ou acompanhamento cabem ao DRCI, merecem especial menção a finalização da avaliação do Brasil quanto à implementação da Convenção de Mérida e o processo de seguimento do resultado da avaliação do sistema de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, efetuado pelo GAFI e pelo GAFISUD. Nessa avaliação, finalizada em 2010, o Brasil passou a integrar o mecanismo de *follow-up* daqueles organismos, devendo, a partir de então, apresentar ações realizadas para a melhoria do combate à lavagem de dinheiro a cada 2 anos para o GAFI e, semestralmente, para o GAFISUD. Merece ainda destaque o processo de revisão da Metodologia de avaliação do GAFI, que deverá continuar ao longo de 2011.

Também em 2011, a atuação do DRCI nas redes de cooperação jurídica internacional e de recuperação de ativos deverá ser intensa. No início do segundo semestre o Departamento presidirá a Segunda Reunião Técnica para a Discussão do Estabelecimento de Rede e Grupo de Trabalho sobre

Cooperação Jurídica em temas de Família e Infância, da Organização dos Estados Americanos – OEA, que provavelmente ocorrerá em Washington, Estados Unidos da América. Além da implementação da rede supramencionada, o DRCI incluirá novos pontos de contato e seguirá envolvido nos trabalhos da Rede Penal da OEA, da Rede de Recuperação de Ativos do GAFISUD – RRAG, da Rede de Cooperação Jurídica da CPLP e da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica – IberRede. Também merece menção o fato de que está prevista a realização de três eventos de disseminação da IberRede pelo país (Brasília, Recife e São Paulo), o que está em negociação com aquela Rede e com os demais membros da respectiva Seção Nacional, que é coordenada pelo DRCI, nos termos da Portaria Conjunta deste Ministério, da Procuradoria-Geral da República – PGR e do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Serão ainda empreendidos esforços de aproximação do *Camdem Assets Recovery Inter-Agency Network*, clube fechado que congrega órgãos nacionais de recuperação de ativos de relevantes parceiros internacionais, notadamente aqueles ligados à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Por fim, mantido o padrão existente de participação internacional do DRCI, em 2011, serão efetuados entre trinta e quarenta afastamentos internacionais, o que atenderia a cerca de 35% das demandas por reuniões de foros internacionais da sua competência e de reuniões para negociações de acordos já previstas para ocorrer no exterior.

Para 2011, além do acompanhamento e coordenação da ENCCCLA, a realização de sua Reunião Plenária Anual, há programação para: (i) 12 (doze) cursos do PNLD e do Programa GROTIUS Brasil; (ii) *a realização do Seminário Internacional sobre a Lavagem de Dinheiro no Futebol*; (iii) *a realização do II e III Seminário sobre Lavagem de Dinheiro e Cooperação Jurídica Internacional, em São Paulo e Bahia*; (iv) *visitas técnicas aos Tribunais de Justiça e Regionais Federais do País, visando maior integração do DRCI e maior difusão da Cooperação Jurídica Internacional*; (v) *continuidade do projeto de reestruturação do PNLD, dentre outros*.

Unidade da Secretaria Nacional de Justiça, o Departamento de Estrangeiros (DEEST) trabalha para o fortalecimento de uma política migratória focada na garantia dos direitos fundamentais do migrante, em harmonia com a segurança do País e de acordo com a política nacional para os refugiados.

O Departamento de Estrangeiros é responsável pela prestação de serviços públicos e de cidadania cada vez mais demandados pela sociedade, dentre os quais, registros e averbações, pedidos de vistos, suas prorrogações e transformações, naturalização, medidas compulsórias (deportação, expulsão e extradição). Responde, também, pela apresentação e tramitação de pedidos de reciprocidade de tratamento internacional; pela negociação e operacionalização de acordos internacionais de extradição, transferência de pessoas condenadas, regularização migratória, dentre outros e por uma gama de representações em Conselhos, Comissões, Grupos de Trabalho e Foros Internacionais.

A par desse universo de incumbências sobressai a visibilidade do Departamento, refletida na múltipla interação com outros Órgãos e Poderes (Tribunais, e demais instâncias do Judiciário, Parlamento, Polícia Federal, colegiado do Conselho Nacional de Imigração, Itamaraty, ABIN, rede de Representações Diplomáticas e Repartições Consulares no exterior e Embaixadas estrangeiras no Brasil).

Em sintonia com as premissas da atual gestão do Ministério da Justiça, o DEEST vem reunindo esforços para melhorar a eficiência e a eficácia de suas ações, inclusive primando pela harmonização, modernização e desburocratização de procedimentos. Nesse sentido, com a prevalência de novo modelo de gestão, referido Órgão foi reestruturado para exercer suas competências regimentais, tendo como objetivo o fortalecimento da imagem de prestador de serviços à sociedade.

*2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão*  
No exercício de 2010, a SNJ concluiu, em colaboração com o MRE, a negociação de dezessete Tratados bilaterais de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, com Alemanha, Argélia, Bahamas, Bélgica, El Salvador, Honduras, Jordânia, Marrocos, México, Nicarágua, Panamá, Romênia, Síria e Turquia. Também foram concluídas as negociações do Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América e dos Tratados sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil com Marrocos e Síria.

Ademais, a Secretaria Nacional de Justiça, em 2010, deu continuidade a várias ações de **Proteção aos direitos de crianças e adolescentes**, com base em duas pesquisas, feitas com o fito de avaliar eficácia, eficiência e efetividade da política pública, publicou a cartilha “A Classificação Indicativa na Língua Brasileira de Sinais” e o livro “Análise da Política Pública da Classificação Indicativa”.

A partir destas publicações verificou-se a necessidade de massificar informações sobre a classificação indicativa direcionadas aos pais e responsáveis por crianças e adolescentes. Para tanto, foram produzidas e distribuídas em cinemas, videolocadoras e escolas, 430 mil cartilhas “Classificação Indicativa – Informação e Liberdade de Escolha” e também foram produzidos e distribuídos cartazes com as recomendações da classificação indicativa.

Outra frente de massificação da classificação indicativa foi a realização de cursos extracurriculares de “Mídia e Cidadania”, para despertar em jovens em áreas de risco o olhar crítico sobre a mídia e, ao mesmo tempo, levar os conteúdos da classificação indicativa.

Por outro lado, também foram implementadas ações no sentido de reduzir as resistências das emissoras de TV relacionadas aos critérios de classificação indicativa, como a realização de uma Oficina com a participação de todas as redes nacionais e associações de emissoras, oportunidade em que os representantes apresentaram suas dúvidas acerca do tema e o Ministério da Justiça expôs a prática da atividade de classificação de obras audiovisuais.

Ademais, por meio da implementação de uma política pública de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o Brasil vem tecendo ações importantes para combater essa prática perversa, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, instituiu no País, pela primeira vez, uma política de Estado que consolidou princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão a esse crime organizado transnacional, atendo-se, ainda, à atenção as suas vítimas.

A Política Nacional foi pensada de forma transversal, agregando a atuação de diversos órgãos do Governo Federal, nas áreas de justiça, relações exteriores, saúde, educação, assistência social, trabalho e emprego, desenvolvimento agrário, turismo, cultura, direitos humanos, promoção da igualdade racial e proteção e promoção dos direitos da mulher. Ademais, essa política pública foi construída de forma a incluir também as administrações públicas estaduais, municipais e distrital, bem como a sociedade civil em seu desenvolvimento.

Para a efetivação das diretrizes estabelecidas na Política Nacional, foi construído o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovado pelo Decreto nº 6.347, de 08 de janeiro de 2008.



O Plano Nacional, finalizado em janeiro de 2010, teve como objetivo a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, a responsabilização de seus atores e a atenção às suas vítimas, nos termos da legislação em vigor e dos instrumentos internacionais de direitos humanos.

Quanto às Ações do DRCI estabelecidas para o exercício de 2010, temos a destacar:

I - Criar o Fundo de Ativos Ilícitos Recuperados – o DRCI esteve a frente de grupo, estruturado no âmbito da ENCCLA, visando a implementação de tal fundo, com a elaboração da respectiva legislação. Os trabalhos encontram-se em estágio avançado;

II - Atribuir maior efetividade à cooperação jurídica internacional brasileira – em 2010 o DRCI, por meio da cooperação jurídica internacional, obteve a quebra de sigilo bancário de 290 contas mantidas em instituições financeiras em bancos estrangeiros, além de ter logrado repatriar ativos ilícitamente enviados ao exterior;

III – Consolidar o serviço de Autoridade Central para Prestação Internacional de Alimentos - Os casos que envolvem a obtenção de alimentos no estrangeiro passaram a receber atenção diferenciada na CGCI desde 2005, em razão da quantidade, urgência e instrumentos de cooperação específicos que requerem. Dados do Sistema de Acompanhamento Processual – SAP – do DRCI demonstram que 45% dos pedidos de cooperação jurídica internacional tramitados nesta Coordenação-geral tratam de pedidos de alimentos. Somente em 2010 foram 1.324 processos sobre alimentos recebidos no Departamento.

*IV - Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro - Sob a coordenação do DRCI, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento em Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro capacitou 1.192 agentes públicos. Ainda sob a Secretaria-executiva do DRCI, a ENCCLA sofreu modificações estruturais com o objetivo de conferir maior eficiência e efetividade às suas ações.*


### 2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

#### 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

##### *Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo*

<b>Identificação do Programa de Governo</b>	
<b>Código no PPA: 1413</b>	<b>Denominação: Promoção da Justiça e da Cidadania</b>
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos	
<b>Objetivos Específicos:</b> Democratizar e aperfeiçoar o acesso à justiça e à cidadania - Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia.	
<b>Gerente: Paulo Abrão Pires Junior</b>	<b>Responsável: João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva</b>

**Público Alvo:** Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação LOA + Créditos		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
24.125.000,00	24.125.000,00	21.847.332,35	20.208.150,06	0,00	83,76	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Este Programa não possui indicador(es).						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
A execução do Programa 1413 atende às metas estabelecidas. A SNJ vem reunindo esforços para criar uma identidade na sua atuação, de maneira harmônica e em observância as ações estabelecidas no Programa em questão, que tem sido predominante no desenvolvimento das atividades e na inter-relação com os demais órgãos do Ministério, além de órgãos federais, estaduais e municipais, que são parceiros da SNJ.						
 <b>Adequado</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Não se aplica						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Situação de execução do programa foi adequada, fazendo-se notar os resultados das metas estabelecidas em cada uma de suas ações.						
Fonte: SIGPLAN-PAC						

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1164		Denominação: Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos						
Objetivos Específicos: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Gerente: Ricardo Andrade Saadi			Responsável: Camila Colares Bezerra			
Público Alvo: Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.428.000	3.428.000	2.291.162	1.410.274	-	1.403.053	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Índice de Bloqueio de Contas no Exterior	10/08/2007	40%	60%	55%	NÃO HÁ REGISTRO
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quociente entre o número de contas bloqueadas e o número de respostas de pedido de bloqueio, multiplicado por 100, segundo a fórmula: índice de bloqueio de contas no exterior = (número de contas bloqueadas/ número de respostas de pedido de bloqueio) x 100.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Não se aplica.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Valor de Ativos Preservados	30/04/2007	0,00	12.500,000 (em R\$ mil)	10.000,000 (em R\$ mil)	NÃO HÁ REGISTRO
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Soma dos depósitos novos em contas judiciais provenientes do sistema de leilões eletrônicos.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Não se aplica.						
Fonte: SIGPLAN-PAC						

### *Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo*

A execução orçamentária do programa foi satisfatória em 80% de suas ações, atendendo as metas estabelecidas para o exercício.

*Fatores de Risco: dificuldades para realização de licitações para compra de equipamentos.*

#### **- Contingenciamento no exercício**

Não houve contingenciamento no exercício.

#### **- Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução dos Programas de Governo**

Não foram observados efeitos positivos ou negativos dignos de registro.

### *2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ*

#### *Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ*

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	122	1413	2272	Atividade	3	Ação padronizada	Ação padronizada	Ação padronizada	Ação padronizada
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	122	1413	2328	Atividade	3	Unidade	473 - Agentes Capacitados	350 Agentes Capacitados	473 Agentes Capacitados
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
06	212	1413	2330	Atividade	3	Unidade	25	17	25
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	122	1413	2735	Atividade	3	Unidade	9.000	9.979	9.500
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	122	1413	6436	Atividade	3	Unidade	10.000 obras classificadas	10.765 obras classificadas	12.000 obras classificadas
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
03	422	1413	8192	Atividade	3	% de execução física	100	50	100
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

...	...	...	...	...		...	...	...	...
-----	-----	-----	-----	-----	--	-----	-----	-----	-----

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	422	1413	8198	Atividade	3	Unidade	20	20	20
...	...	...	...	...		...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	422	1413	8204	Atividade	3	Unidade	10	10	10
...	...	...	...	...		...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	422	1413	8972	Operações especiais	1	2	02	0	02
...	...	...	...	...		...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
14	422	1413	12TT	Projeto	2	Unidade	1	0	0
...	...	...	...	...		...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
03	091	1413	12Y3	Projeto	2	Unidade	1	1	0
...	...	...	...	...		...	...	...	...

Fonte: <http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/>

*Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ*

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2011</i>
-	-	1146	2390	A	1	UNIDADE	500	1.257	-
-	-	1146	8217	A	1	UNIDADE	50	71	-
-	-	1146	4946	A	1	UNIDADE	4.442	3.614	-
-	-	1146	8218	A	1	UNIDADE	12	6	-
-	-	1146	2332	A	1	UNIDADE	180	315	-
-	-	1146	8959	A	1	UNIDADE	77	68	-

Fonte: **SIGPLAN-PAC**

### *Análise Crítica da execução física das ações realizadas pela UJ*

#### **- Cumprimento das metas físicas**

Em relação à Ação 2330 – Negociação de Acordo de Cooperação Internacional e Nacional, a meta física prevista baseou-se no quantitativo de 2009, que superou em muito a expectativa inicial. Porém, referida Ação depende da concordância de outros países para cumprimento das metas, sendo que em 2010 todas as propostas recebidas foram atendidas e, no entanto, as metas realizadas (17) foram inferiores às previstas (25).

Sobre a Ação anual 12TT – Criação de Centro de Referência sobre Imigração, a meta prevista era a implementação de um Centro de Referência, o que não ocorreu em razão de dificuldades administrativas, sendo possível, no entanto, compilar as informações e iniciar projeto de implantação, que poderá, em pouco tempo, ser licitado.

#### **- Ações que apresentaram problemas de execução**

A Ação anual 12TT – Criação de Centro de Referência sobre Imigração, apresentou problemas na execução física pois o resultado seria a implantação de um Centro de Referência, sendo que por dificuldades administrativas para iniciar os respectivos processos licitatórios atrasaram a implementação do Centro, e, por tratar-se de Ação Anual, restou inviável a execução.

Quanto à **Ação 6436 – Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos**, algumas ações planejadas, não foram cumpridas na sua totalidade. Porém, estão em andamento e deverão ser concluídas em 2011. No entanto, registre-se que não houve ação que apresentou problema de forma a inviabilizar ou comprometer sua realização.

Referente a **Ação 2735 – Cadastro Nacional de Entidades**, algumas ações planejadas não foram

cumpridas na sua totalidade. Porém, se encontram em andamento e deverão ser concluídas em 2011.

Já as ações 8217, 4946, 8218 não tiveram as metas cumpridas. Ressalte-se que a ação com menor aproveitamento percentual foi a 8217, sob a justificativa de que durante o ano de 2009 e o primeiro trimestre de 2010 o LAB-LD esteve com falta de funcionários.

Foram cumpridas as metas das ações 2390, 8217, 2332

#### - Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas

Quanto à **Ação 6436 – Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos**, as metas de 2010 foram traçadas de forma bem estruturada.

Considerando a **Ação 2735 – Cadastro Nacional de Entidades**, o estímulo às entidades a tornarem públicas suas atividades e também a solicitação da Certidão de Regularidade proporcionou a superação das metas inicialmente previstas. A sistematização de informações sobre a atuação social dessas entidades pode subsidiar a formulação de políticas públicas, à medida que permite verificar se os recursos estão sendo aplicados nas áreas demandadas pela sociedade.

#### - Ações prioritárias na LDO

Não se aplica às metas relativas às Ações do DEEST.

##### 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

##### 2.4.1) Programação orçamentária da despesa

##### Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Secretaria Nacional de Justiça	30101	30101

##### 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

##### Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						

	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SPOA/SE/MJ

As Informações referentes ao quadro acima constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, no item 2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro - 2.4.2) Programação orçamentária da despesa.

### 2.4.2.1) Programação de Despesas de Capital

#### Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	497.588,00	993.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	497.588,00	993.000,00	-	-	-	-	
	LOA	497.588,00	993.000,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		497.588,00	993.000,00	-	-	-	-	

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, fornecido pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/SPOA/SE/MJ, referente aos meses de dezembro de 2009 e 2010.

### 2.4.2.2) Quadro Resumo da Programação de Despesas

#### Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

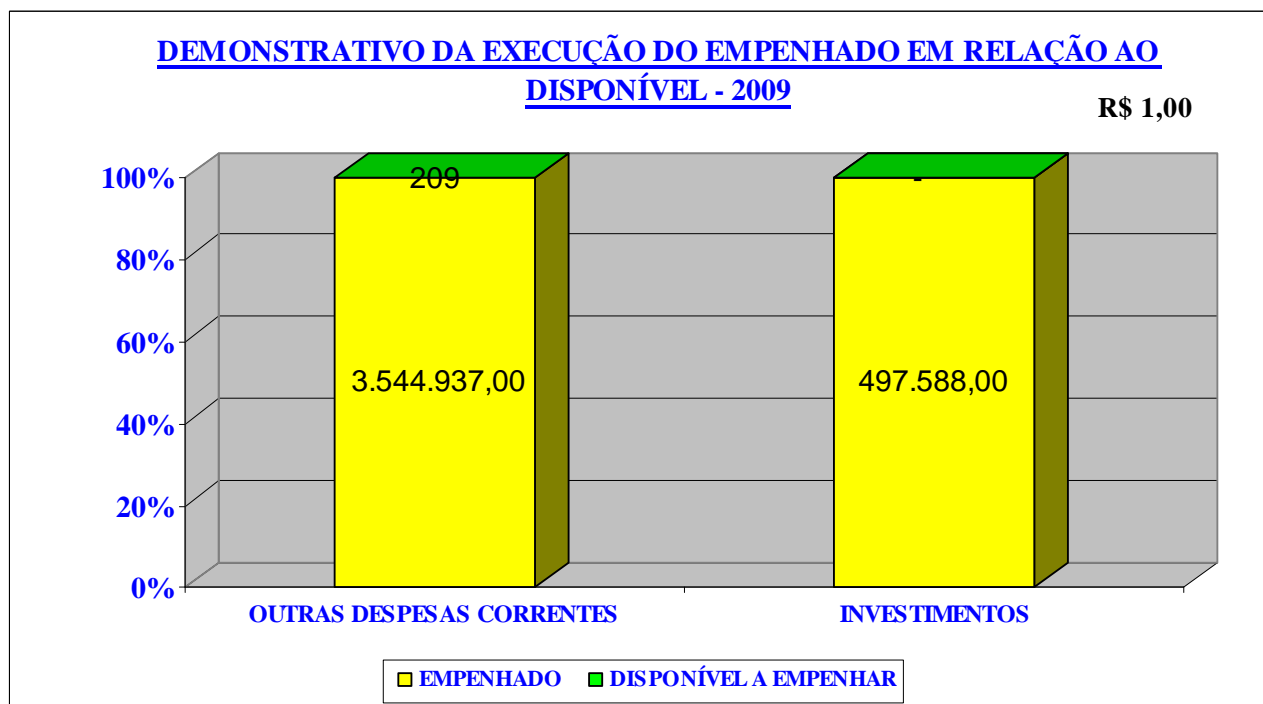
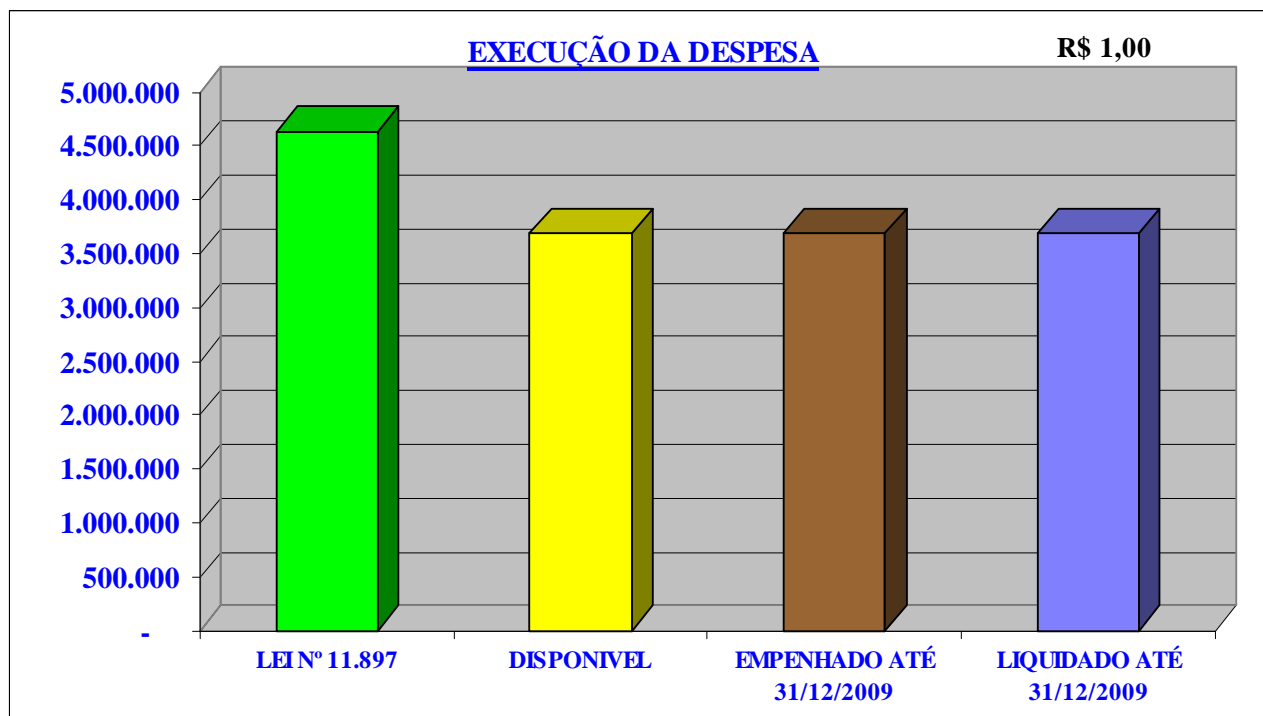
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.544.937,00	24.315.701,00	497.588,00	993.000,00	-	-	
	PLOA	3.544.937,00	24.315.701,00	497.588,00	993.000,00	-	-	
	LOA	3.544.937,00	24.315.701,00	497.588,00	993.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações								



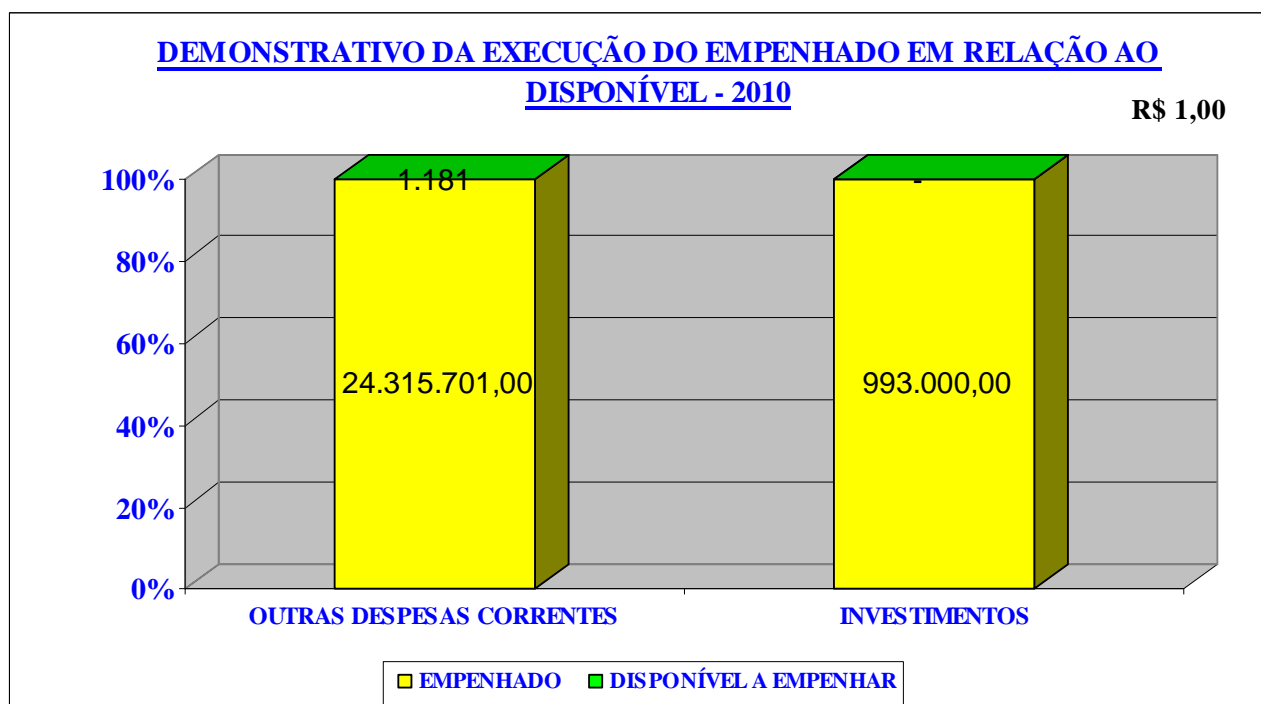
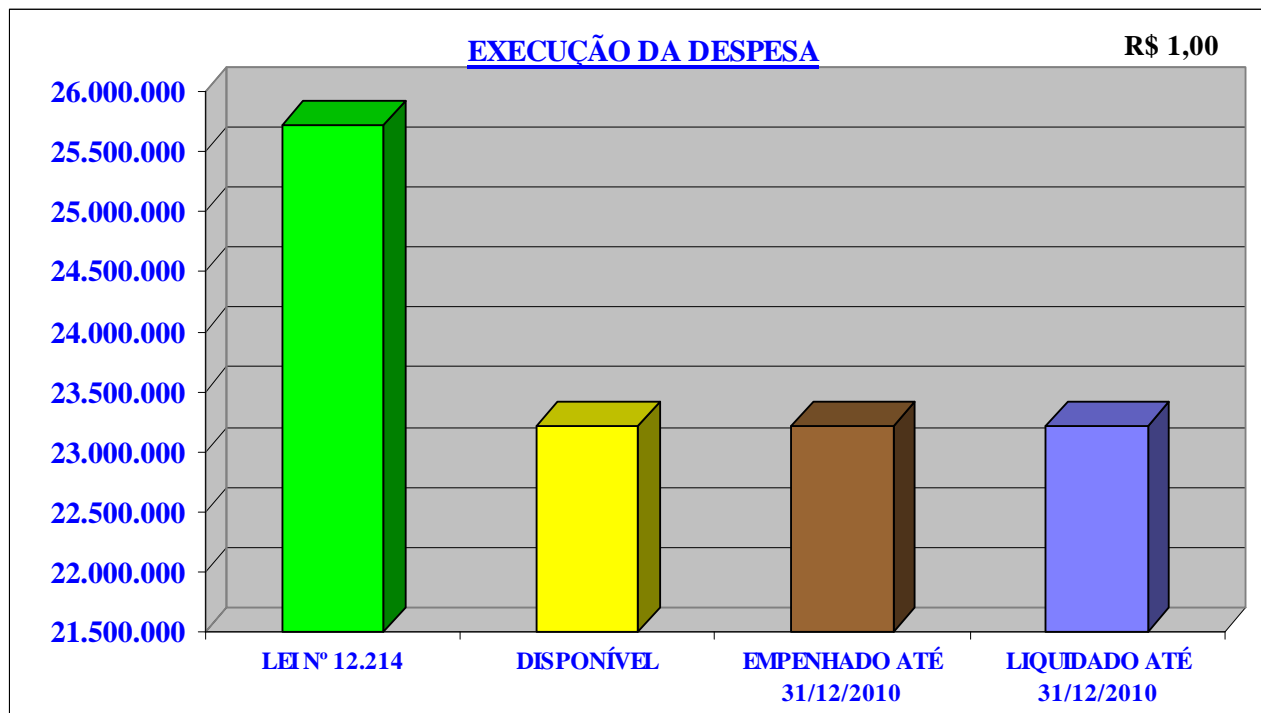
<b>Total</b>	<b>3.544.937,00</b>	<b>24.315.701,00</b>	<b>497.588,00</b>	<b>993.000,00</b>	-	-
--------------	---------------------	----------------------	-------------------	-------------------	---	---

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD, fornecido pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/SPOA/SE/MJ, referente aos meses de dezembro de 2009 e 2010.

Exercício - 2009



Exercício – 2010



*Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional*

**- Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA**

Nos Programa 1164 e 1413, os gráficos acima mostram a adequada execução no exercício de 2010

**- Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do**

### **exercício anterior**

A execução orçamentária do Programa 1413, no exercício de 2010 teve uma alteração relevante, que foi:

a) A criação da ação Anual 12Y3 - **12º Congresso de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC)**, na qual foi aportado o valor de R\$ 19.000.000,00. Esse Congresso acontece de cinco em cinco anos e já teve como sede: Suíça (1955); Reino Unido (1960); Suécia (1965); Japão (1970); Suíça (1975); Venezuela (1980); Itália (1985); Cuba (1990); Egito (1995); Áustria (2000); Tailândia (2005) e Brasil (2010 - Salvador - BA). Seus resultados têm significativo impacto em políticas nacionais e transnacionais, especialmente no que concerne à prevenção ao crime, ao enfrentamento ao crime organizado e à segurança pública. Quanto à escolha do Brasil como país-sede, ressalta-se que a candidatura brasileira foi apresentada em 2005, no 11º CPCJC, recebendo acolhimento no Terceiro Comitê da Assembléia-Geral da ONU, em 18 de outubro de 2007, por meio da Resolução nº 62/173, cuja decisão foi reiterada pela citada assembleia em 18/12/2008. Nessas mesmas assembleias, também foi aprovada a cidade de Salvador/BA, como local de realização do 12º CPCJC.

Quanto à magnitude do evento, o número de participantes foi de 5.000 pessoas, assim distribuídos: 3.000 Congressistas e 2.000 convidados.

Desta forma, foi evidente a importância da realização do mencionado Congresso que contou com participação do maior foro mundial para o debate do tema da prevenção ao crime e da justiça criminal, mas também por seu caráter multilateral, aspecto marcante nas diretrizes que historicamente orientam a ação do Estado brasileiro.

#### **2.4.2.3) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

##### **Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investiment	5 – Inversões	6 – Amortização

				os	Financeiras	da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

*As Informações referentes ao quadro acima constarão do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, no item 2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.*

2.4.3) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.3.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.3.1.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	29.991.556,03	<b>23.145.458,85</b>	<b>26.804.251,17</b>	<b>19.626.188,95</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	29.991.556,03	<b>23.145.458,85</b>	<b>26.804.251,17</b>	<b>19.626.188,95</b>
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>544.341,00</b>	<b>2.197.483,62</b>	<b>542.822,00</b>	<b>2.191.208,46</b>
Dispensa	20.711,00	8.253,02	19.192,00	1.977,86
Inexigibilidade	523.630,00	2.189.230,60	523.630,00	2.189.230,60
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	Não se aplica a UJ	Não se aplica a UJ	Não se aplica a UJ	Não se aplica a UJ
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	<i>Não se aplica</i>	<i>Não se aplica</i>	<i>3.864.221,81</i>	<i>5.447.163,89</i>
Diárias	769.528,93	1.170.768,81	769.528,93	1.170.768,81
<b>Outros</b>	<b>388.823,47</b>	<b>651.358,80</b>	<b>50.427,47</b>	<b>651.358,80</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI

(\*) Valor pago referente à força de trabalho alocada na Secretaria Nacional de Justiça. Entretanto, a despesa é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda a folha de pessoal do MJ, inclusive dos servidores da SNJ.

2.4.3.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010

<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

As Informações referentes ao quadro acima constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, no item 2.4.2.1.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.

#### 2.4.3.1.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
1º elemento de despesa	497.588,	165.139,	497.588,	165.139,	0,00	0,00	497.588,	165.139,
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>Não se Aplica a UJ</b>							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>	<b>Não se Aplica a UJ</b>							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesa fornecido pela CGOF/SPOA/SE/MJ, meses de dezembro/2009 e 2010

#### 2.4.3.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.3.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa paga
---------------------------	-------------------	--------------

	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa				
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>	<i>Não se aplica à natureza jurídica da UJ</i>
Diárias				
<b>Outras</b>				

Fonte: Sistema de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

**Conforme consulta ao SIAFI, não existem créditos da SNJ, executados pela CGL ou da CGRH, oriundos de movimentação externa.**

2.4.3.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

As informações referentes ao quadro acima, constará no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, no item 2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - Quadro

A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

2.4.3.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

As Informações referentes ao quadro acima constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, no item 2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação - Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

*A análise dos itens abaixo constará no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.*

### 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se Aplica a UJ

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação

Não se Aplica a UJ					
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

### 3.2) Análise Crítica

*A análise dos itens abaixo constará no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.*

## 4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se Aplica a UJ

### 4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores					Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009					
2008					
...					
Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009					
2008					
...					
Observações:					

Fonte:

*Os restos a pagar inscritos em nossa Unidade e resultantes dos recursos UJ SNJ foram incluídos no Relatório de Gestão da SE, vez que a Portaria nº 277, de 07 de dezembro de 2010, fala nos restos a pagar inscritos pela UJ. Assim, sendo a CGL a unidade executora, todos os restos a pagar resultantes são inscritos em na CGL. Portanto, foram incluídos no quadro A.4.1 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.*

### 4.2) Análise Crítica

*A análise dos itens abaixo constará no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.*

## 5. RECURSOS HUMANOS

### 5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1</b> Provimento de cargo efetivo	96	106	68	18
<b>1.1</b> Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-



<b>1.2</b>	<b>Servidores de Carreira</b>	<b>96</b>	<b>96</b>	<b>68</b>	<b>18</b>
1.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	78	78	68	14
1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	17	17	-	4
<b>1.3</b>	<b>Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>1.4</b>	<b>Servidores Cedidos ou em Licença</b>	-	<b>10</b>	-	-
1.4.1	Cedidos	-	1	-	-
1.4.2	Removidos	-	9	-	-
1.4.3	Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4	Licença não remunerada	-	-	-	-
<b>2</b>	<b>Provimento de cargo em comissão</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>16</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Cargos Natureza Especial</b>	-	-	-	-
<b>2.2</b>	<b>Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>47</b>	<b>47</b>	<b>15</b>	<b>14</b>
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	5	5	-	-
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	4	4	3	1
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	9	9	6	5
2.2.4	Sem vínculo	27	27	6	8
2.2.5	Aposentado	2	2	-	-
<b>2.3</b>	<b>Funções gratificadas</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	3	3	1	2
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>3</b>	<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>157</b>	<b>84</b>	<b>34</b>

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

**Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:**

**1) Lotação Autorizada:**

a) Servidor de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade de avaliar o perfil do servidor ingressante *em face da* necessidade de cada Unidade Administrativa. Cabe ressaltar que o concurso público em andamento visa o provimento de 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos efetivos para o Ministério, em substituição a 500 (quinhentos) trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, consideradas impróprias.

b) Demais situações: a requisição, o exercício descentralizado, a remoção e a cessão de servidores são realizadas de acordo com a legislação pertinente. Já a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou função gratificada, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração nos termos da legislação pertinente, observando o número de cargos em comissão e funções gratificadas definido, por meio de Estrutura

Regimental, para a unidade.

c) Servidores cedidos (item 1.4.1) e removidos (item 1.4.2): os servidores cedidos e removidos não fazem parte, em 31 de dezembro de 2010, da lotação autorizada da Secretaria, razão pela qual não foram computados neste item. Cabe ressaltar que, após a efetivação do ato de cessão/requisição, na forma dos normativos vigentes, a lotação dos servidores passa automaticamente para a CGRH. Findo o afastamento, a unidade de recursos humanos providencia a realocação do servidor, observando a necessidade de força de trabalho em determinada unidade *versus* perfil profissional.

## 2) Lotação Efetiva:

a) Servidor de carreira (item 1.2): foram considerados os servidores do Quadro de Pessoal do MJ, inclusive àqueles que exercem Função Comissionada Técnica – FCT, na SNJ.

b) Servidor requisitado de outros órgãos e esferas (item 1.2.4): foram considerados 16 (dezesseis) empregados anistiados em exercício na SNJ, por inexistir campo específico para incluir tal situação.

c) Servidores cedidos (item 1.4.1) e removidos (item 1.4.2): foram computadas as pessoas que saíram da SNJ, por meio de cessão e remoção, no exercício de 2010.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1.Provimento de cargo efetivo</b>	<b>37</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>4</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	35	19	17	21	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	2	3	1	4	-
<b>2.Provimento de cargo em comissão</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	21	7	2	2
2.3. Funções gratificadas	2	1	-	1	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

*De acordo com o perfil etário dos servidores alocados na SNJ, observa-se que a distribuição de pessoal encontra-se equilibrada: 34%, 28%, 16%, 18% e 4% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente. Tal fato deve-se, principalmente, à entrada de novos servidores concursados na Secretaria, em substituição aos trabalhadores terceirizados de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº*

**2.271/97, consideradas impróprias.**

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	2	35	61	6	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	32	57	4	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	1	3	4	2	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	8	36	4	3	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	7	33	4	3	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	3	-	-	-

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

De acordo com o quadro acima, 62%, 6%, 2,5% e 0,6% dos servidores da SNJ possuem, respectivamente, “ensino superior”, “especialização ou pós-graduação”, “mestrado” e “doutorado”.

**5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas**

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>	-	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
<b>2 Proporcional</b>	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A Secretaria Nacional de Justiça não administra aposentadoria de servidores públicos civis, ficando esse papel a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2010, não houve aposentadoria de servidor lotado na SNJ.

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	-	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A Secretaria Nacional de Justiça não administra pensões civis de ex-servidores, ficando esse papel a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério.

No ano de 2010, não houve instituição de pensão de servidor lotado na SNJ.

### 5.3) Composição do Quadro de Estagiários

#### Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>168.432,12</b>
<input type="checkbox"/> Área Fim	25	25	23	22	149.712,12
<input type="checkbox"/> Área Meio	3	3	3	3	18.720,00
<b>Nível Médio</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>19</b>	<b>58.549,02</b>
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	17	15	15	19	58.549,02

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Os estagiários alocados na SNJ são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

### 5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

#### Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	348.493,29	280.492,58	781.143,57	45.859,46	-	17.895,70	11.223,55	1.485.108,15
2009	669.234,33	287.993,87	579.539,37	41.671,68	-	30.673,70	6.366,78	1.615.479,73
2010	1.377.700,61	295.552,45	1.333.746,33	55.847,28	-	89.147,24	505,88	3.152.499,79
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								

2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	84.182,05	1.673.406,78	288.841,39	55.274,19	6.396,04	6.908,25	45.980,16	2.160.988,86
2009	109.922,40	1.678.282,09	213.957,64	62.062,04	-	8.788,60	58.487,95	2.131.500,72
2010	124.316,22	1.771.721,93	232.972,65	45.655,81	85.418,68	23.418,22	20.448,22	2.303.951,73
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	37.940,75	5.341,15	43.487,37	1.377,16	14.436,55	-	591,60	103.174,58
2009	195.860,12	13.236,03	70.887,71	8.782,93	-	-	-	288.766,79
2010	47.205,11	3.960,84	24.485,10	-	-	480,00	-	76.131,05

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A respeito do quadro acima, ressalte-se que o aumento considerável das parcelas “Vencimentos e Vantagens Fixas”, “Retribuições”, “Gratificações” e “Adicionais”, referente à tipologia “Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão”, no ano de 2010, em relação aos anos anteriores, deve-se à entrada de novos servidores concursados na Secretaria.

Já com relação à parcela “indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito.

Quanto à parcela “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de abono de permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade) e de *per capita* patronal para custeio da saúde suplementar (processada na folha de pagamento, a partir de fevereiro de 2010).

No que se refere à parcela “Demais despesas variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: pagamentos da vantagem administrativa 3,17% aos servidores efetivos (efetuado até o mês de agosto de 2009) e de férias indenizadas, dentre outras.

#### 5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

##### Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante
---------------------

<b>Nome:</b> Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE													
<b>UG/Gestão:</b> 200005							<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0013-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	001*	01.608.306/0001-33	02/01/07	01/01/12	0	0	0	0	0	0	P
2007	V	O	348*	04.559.666/0001-35	01/01/08	31/12/11	0	0	0	0	0	0	P
<b>Observação:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE - Processo nº 08008.002493/2006-58 – Contrato 001/2007 Servegel e Processo nº 08008.000069/2007-50 – Contrato 348/2007 Patrimonial.

\* As informações dos quantitativos de prestadores deste quadro constam no item A.5.8 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, haja vista que os contratos de prestação de limpeza e higiene e vigilância foram celebrados pela Coordenação Geral de Logística (Unidade Contratante) daquela Secretaria para atenderem todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça (SE, SDE, SENASP, GM, SRJ, SDE, SAL e DEPEN).

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
<b>Nome:</b> Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE													
<b>UG/Gestão:</b> 200005							<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0013-70						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	1	E	115	03.059.584/0001-69	24/08/06	23/08/11	0	0	92	82	18	13	P
2005	2	E	014	04.823.459/0001-46	14/02/05	13/02/11	-	-	-	-	-	-	P
2009	3	O	067	02.843.359/0001-56	23/06/09	22/06/11	-	-	-	-	-	-	P
2007	5	O	351	03.073.654/0001-33	01/01/08	27/02/11	-	-	-	-	-	-	P
2007	7	O	300	72.620.735/0001-29	22/11/07	21/11/11	-	-	-	-	-	-	P
2009	7	O	38	04.963.136/0001-58	15/05/2009	14/05/2011	-	-	-	-	-	-	P
2009	7	O	47	04.321.986/0001-52	18/05/2009	17/05/2011	-	-	-	-	-	-	P
2009	7	O	19	32.121.162/0001-74	01/04/2009	31/03/2011	-	-	-	-	-	-	P
2010	7	O	35	07.432.517/	14/04/2	13/04/2	-	-	-	-	-	-	A

				<b>0003-60</b>	<b>010</b>	<b>011</b>								
<b>2006</b>	<b>I</b>	<b>E</b>	<b>115</b>	<b>03.059.584/ 0001-69</b>	<b>24/08/0 6</b>	<b>23/08/1 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>92</b>	<b>82</b>	<b>18</b>	<b>13</b>	<b>P</b>	

**Observação:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: *Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE/MJ- Processo nº 08008.002843/2005-03 – Contrato 115/2006 – Fortesul; Processo nº 08008.000511/2004-03 – Contrato 14/2005 Engerede; Processo nº 08008.000398/2009-62 – Contrato 67/2009 Planalto; Processo nº 08008.000069/2007-50 – Contrato 351/2007 ZP e Processo nº 08008.000037/2007-54 –*

*Contrato 300/2007 Ágil; e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA/SE – Processo nº 08006.000119/2009-81- Processo nº 08006.000012/2009-32- Processo nº 08006.000494/2007-69 – Processo nº 08008.000009/2010-32.*

***Informações constarão do relatório da Coordenação-Geral de Logística – CGL/SPOA/SE/MJ***

a) Contrato nº 115/2006: a questão tratada pelo Acórdão TCU nº 1.520/2006-Plenário, de substituição de terceirizados na Administração Pública Federal, sofreu empecilho em virtude do não atendimento a convocações e vacância de cargos anteriormente providos, não sendo possível o provimento dos 450 (quatrocentos e cinquenta) cargos autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 31/2009, para substituição de terceirizados em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.

b) O contrato nº 115/2006 foi celebrado pela Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva para atender a necessidade de todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça. Dessa forma, a quantidade de funcionários foi disposta por unidade jurisdicionada a ser considerada: Gabinete do Ministro-GM, Secretaria de Direito Econômico -SDE, Secretaria Executiva – SE, Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, conforme tabelas A.5.9 do seus respectivos relatórios de gestão.

c) Para os contratos n°s 014/2005, 067/2009, 351/2007 e 300/2007 existe a impossibilidade de quantificá-los por unidade administrativa, uma vez que a gestão de tais contratos é realizada pela Coordenação-Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e a alocação de mão de obra é feita por andar dos prédios ocupados pelo Ministério, os quais agrupam várias Secretarias e Unidades Administrativas. Portanto, os dados desses contratos referentes às Unidades Jurisdicionadas SENASP, SDE, SNJ, SRJ, GM, DEPEN foram incluídos no quadro do A.5.9 do relatório de gestão da Secretaria Executiva.

d) Os Contratos n° 38/2009, n° 47/2009; n° 19/2009 e n° 35/2010 não prevêm locação de mão-de-obra, e sim, prestação de serviços especializados em TI para todas as Unidades Jurisdicionadas do Ministério da Justiça: SE, SENASP, SDE, SRJ, SNJ, GM, DEPEN. Os dados quantitativos relativos a essas Unidades foram incluídos no quadro A.5.9 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
115/2006	1	95	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
014/2005	2	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
67/2009	3	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
-	4	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
351/2007	5	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
-	6	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
001/2007	7	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
348/2007	8	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
300/2007	9	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
38/2009	9	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
47/2009	9	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
19/2009	9	-	SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

**LEGENDA**  
**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Divisão de Contratos/COEFIN/CGL/SPOA/SE/MJ- Processo n° 08008.002843/2005-03 – Contrato 115/2006 – Fortesul; Processo n° 08008.000511/2004-03 – Contrato 14/2005 Engerede; Processo n° 08008.000398/2009-62 – Contrato 67/2009 Planalto; Processo n° 08008.000069/2007-50 – Contrato 351/2007 ZP e Processo n° 08008.000037/2007-54 – Contrato 300/2007 Ágil; e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA/SE –



**Observações a serem incluídas no Relatório de Gestão da Unidade:**

- a) O Contrato nº 115/2006 foi celebrado pela Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva para atender a necessidade de todas as unidades administrativas do Ministério da Justiça. Dessa forma, a quantidade de funcionários foi disposta por unidade jurisdicionada a ser considerada: Gabinete do Ministro-GM, Secretaria de Direito Econômico -SDE, Secretaria Executiva – SE, Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, conforme tabelas A.5.9 do seus respectivos Relatórios de Gestão.
- b) Quanto aos contratos nºs 014/2005, 067/2009, 351/2007, 001/2007, 348/2007, 300/2007 as informações pertinentes às Unidades Jurisdicionadas SENASP, SDE, SNJ, SRJ, GM, DEPEN foram incluídos no quadro A.5.10 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva dentro da Unidade Administrativa Secretaria Executiva.
- c) Os Contratos nº 38/2009, nº 47/2009; nº 19/2009 e nº 35/2010 não prevêem locação de mão-de-obra, e sim, prestação de serviços especializados em TI para todas as Unidades do Ministério da Justiça: SE, SAL, SENASP, SDE, SRJ, SNJ, GM, DEPEN. Portanto, os quantitativos referentes a essas Unidades estão incluídos no quadro A.5.10 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva dentro da Unidade Administrativa Secretaria Executiva.

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo:** temos o seguinte índice de absenteísmo na SNJ:  $[(34/920) \times 100] / 147 \times 365 = 0,00006\%,$ .

Considerando todos os tipos de afastamentos, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença casamento, licença falecimento, dentre outras, utilizando a fórmula:

Nº de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho x 100,

Efetivo médio X nº de dias de trabalho

**- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

No ano de 2010, não houve ocorrência de acidente de trabalho;

Já, no caso de doenças ocupacionais, utilizando a fórmula:

$$\frac{\text{Nº de casos de doenças ocupacionais} \times 100}{\text{Nº de servidores}}$$
 temos o seguinte índice:  $(26 \times 100) / 147 = 17,68\%$

#### **- Rotatividade (turnover)**

Conforme fórmula:

$$\frac{(\text{Entrada} + \text{Saída}) / 2 \times 100}{\text{Efetivo médio}}$$
 temos o seguinte índice:  $\{[(84+34)/2] / 147\} \times 100 = 40,13\%$

#### **- Educação Continuada**

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada:

*a) Bolsa Universitária:* no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério.

*b) Pós-Graduação:* no qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

No exercício de 2010, 02 servidores dessa Secretaria foram beneficiados pelo programa “Bolsa Universitária”.

#### **- Satisfação e Motivação**

Por decisão administrativa, o instrumento de mensuração do nível de satisfação e motivação dos servidores do MJ foi desenhado. Entretanto, não foi aplicado em 2010.

#### **- Disciplina**

No ano de 2010, nenhum servidor lotado na SNJ sofreu penalidade disciplinar.

#### **- Desempenho funcional**

No ano de 2010, foram implementados três instrumentos de avaliação do desempenho funcional:

a) Avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo Federal - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.784/2008, regulamentada pela Portaria nº 3.979/2009/MJ.

Para esse procedimento, foram aplicadas a auto-avaliação pelo servidor e a avaliação da chefia superior, com a pontuação variando de 0 a 100 pontos, para 07 fatores determinantes (conhecimento e autodesenvolvimento; produtividade; relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; iniciativa; comprometimento com o trabalho; disciplina e cumprimento das normas de procedimentos e de condutas no desempenho das atribuições), com pesos diferentes, sendo que a nota final da avaliação foi a média aritmética dessas duas avaliações.

No caso dessa Secretaria, o desempenho aferido foi o seguinte:

<i>Níveis de Pontuação</i>				<i>Total</i>
<i>Nota inferior a 70,00 pontos</i>	<i>Nota de 70,01 a 80,00 pontos</i>	<i>Nota de 80,01 a 90,00 pontos</i>	<i>Nota de 90,01 e 100 pontos</i>	
-	-	-	85	85

b) Avaliação e Certificação dos ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, instituída pelo artigo 9º do Decreto nº 4.941/2003, regulamentada pela Portaria nº 3.988/2009/MJ.

O procedimento foi dividido em duas etapas:

1ª Etapa: Avaliação, formada pela auto-avaliação do servidor (peso 1) e avaliação de sua chefia imediata (peso 3), sendo que a nota final da avaliação foi a média ponderada dessas duas avaliações. Alcançando a nota mínima de 75 pontos na primeira etapa, o servidor participou da 2ª etapa – certificação.

2ª Etapa: Certificação, cuja pontuação é baseada em critérios (principais entregas; participação em processos de qualificação e requalificação; grau de escolaridade; participação em grupos de trabalhos, comissões e sindicâncias; publicações; e experiência profissional) com pesos diferentes. Para receber referida certificação, com validade por 01 ano, o servidor deveria alcançar a nota mínima de 45 pontos. Ressalte-se ainda, que se o servidor não atingir a pontuação mínima para certificação, por 02 anos consecutivos, será exonerado da função.

O resultado dessa metodologia de avaliação e certificação, com relação aos servidores ocupantes de Função Comissionada Técnica em exercício na SNJ, foi o seguinte:

Total de Servidores que ocupam FCT	Avaliação		Certificação	
	Nota inferior a 75 pontos	Nota igual ou superior a 75 pontos	Nota inferior a 45 pontos	Nota igual ou superior a 45 pontos
32	0	30	30	0

(\*) Do quantitativo de 32 servidores ocupantes de FCT, 30 foram avaliados e 2 não. .

### c) Avaliação do Estágio Probatório:

Com o ingresso dos servidores empossados em cargo efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, visando a atender ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/90, é necessário realizar a avaliação do estágio probatório. A referida avaliação foi disciplinada, no âmbito do MJ, pela Portaria nº 691, de 28 de julho de 2007, a qual estabeleceu, dentre outras medidas, que os ciclos de avaliação são nos 8º, 16º, 24º e 32º mês de efetivo exercício.

Os fatores avaliados são assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, atribuindo os seguintes critérios: Insuficiente (até 1,00), Fraco (de 1,01 a 2,00), Regular (de 2,01 a 3,00), Bom (3,01 a 4,00), Muito Bom (4,01 a 5,00) e Excelente (5,01 a 6,00).

No ano de 2010, foram realizadas as primeiras avaliações de estágios probatórios daquelas pessoas que ingressaram nos meses de janeiro a abril do corrente ano cujo primeiro ciclo avaliativo deu-se nos meses de setembro a dezembro subsequente, respectivamente.

O resultado das avaliações do 1º ciclo avaliativo dos servidores que ingressaram até abril de 2010 foi o seguinte:

Quantitativo de Servidores Avaliados (*)	Critérios de Avaliação					
	Insuficiente (até 1,00)	Fraco (1,01 a 2,00)	Regular (2,01 a 3,00)	Bom (3,01 a 4,00)	Muito Bom (4,01 a 5,00)	Excelente (5,01 a 6,00)
13	0	0	0	0	1	12

(\*) Do quantitativo de 25 servidores (que ingressaram até abril de 2010), somente 13 foram avaliados até o término do exercício. Os outros 12 entregaram a primeira avaliação do estágio probatório no início do exercício de 2011.

### - Níveis Salariais

Os níveis salariais da força de trabalho da SNJ são os seguintes:

Situação	Faixas de Remuneração (R\$) – Paga pelo MJ							Total
	Não se aplica (*)	Até 2.000,00	2.000,01 a 4.000,00	4.000,01 a 6.000,00	6.000,01 a 8.000,00	8.000,01 a 10.000,00	Acima de 10.000,00	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	-	-	60	23	1	1	1	86
Requisitado	-	2	2	6	1	-	-	11
Sem vínculo	-	1	11	10	4	2	1	29
Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício Descentralizado	5	-	-	-	-	-	-	5
Contratado Temporário	-	-	-	-	-	-	-	-
Anistiado	16	-	-	-	-	-	-	16
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>73</b>	<b>39</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>147</b>

(\*) O servidor ou empregado não recebe nenhuma parcela remuneratória pelo MJ, apenas por força de legislação específica tem exercício fixado no âmbito da Pasta.

### - Demandas Trabalhistas

No ano de 2010, não houve demanda trabalhista interposta por servidores lotados na SNJ.

## 6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

6.1.1) Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça									
CNPJ: 00.394.494/0013-70					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	08099.003472/2007-69	MPDFT	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/06/2008	31/12/2011	n/a
1	08015.000427/2008-16	SSP/BA	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/06/2008	31/12/2011	n/a
1	08015.000158/2008-98	MP/GO	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/06/2008	31/12/2011	n/a
1	08015.000201/2008-15	MP/RS	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/06/2008	31/12/2011	n/a
4	08015.000577/2008-20	Dep.Pol.Federal	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	04/07/2008	31/12/2011	n/a
1	08001.009975/2007-80	SSP/RJ	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/12/2008	31/12/2011	n/a
1	08015.000463/2008-80	MP/RJ	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	12/12/2008	31/12/2011	n/a
4	08015.000748/2008-11	SSP/SP	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	30/01/2009	31/12/2011	n/a
4	08099.003204/2007-47	MP/SP	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	21/12/2008	31/12/2011	n/a
4	08015.001274/2008-24	SSP/MG	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	22/12/2008	31/12/2011	n/a
4	08099.001760/2009-41	MP/MG	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	27/10/2009	31/12/2011	n/a
4	08015.000009/2009-18	MP/BA	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	18/11/2009	31/12/2012	n/a

4	08015.001057/2008-34	MP/PR	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	02/09/2010	31/12/2013	n/a
4	08015.002145/2009-34	MP/ES	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	28/07/2010	31/12/2012	n/a
4	08015.000913/2010-59	SSP/SC	n/a	n/a – não se aplica	n/a	n/a	26/11/2010	31/12/2013	n/a

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

\* Os instrumentos firmados pela Secretaria Nacional de Justiça, sob gestão do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, (tratam-se de instrumentos) de troca de Cooperação Técnica visando a melhoria do sistema de prevenção á lavagem de dinheiro no país e **nenhum deles envolve o repasse de recursos orçamentários**. Aquisições de itens de *software e hardware* para equipar esses laboratórios são realizadas centralizadamente pelo Ministério da Justiça e os bens disponibilizados para uso dos órgãos beneficiados permanecem de propriedade e patrimônio do MJ. São instrumentos de execução direta, com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, investidos pelo MJ e não repassados. Há Planos de Trabalho para acompanhamento de tais instrumentos por parte do DRCI, que periodicamente inspeciona a execução das contrapartidas dos órgãos. Oportunamente, poderá haver doação dos itens comprados com esses recursos.

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP)									
CNPJ: 00.394.494/0102-80 (SNJ/MJ)					UG/GESTÃO: 30101				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1- Convenio	718976/2009	200 refugiados	226.982,65	57.884,65	169.098,00	0	30/12/2009	30/12/2010	1
1- Convenio	718955/2009	200 refugiados	199.903,00	30.805,98	169.098,00	0	30/12/10	30/12/10	1
Convênio	035/2008	Pernambuco – Secretaria de Estado de Defesa Social	R\$100.000,00	R\$1.000,00		R\$99.000,00	27/06/2010	27/06/2011	Em execução. Vigência de 02 (dois) anos. Já prorrogado por mais 1 (um) ano. Celebrado em 27/06/2008.
Convênio	036/2008	Goiás - Ministério Público Estadual	R\$101.000,00	R\$1.000,00		R\$100.000,00	27/06/2010	27/06/2011	Em execução. Vigência: 02 (dois) anos. Prorrogação: 01 (um) ano. Celebrado em 27/06/2008
Convênio	037/2008	Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	R\$102.000,00	R\$2.000,00		R\$100.000,00	27/06/2010	27/06/2011	Em execução. Vigência de 02 anos. Prazo prorrogado por mais 1 (um) ano. Celebrado em 27/06/2008.
Convênio	038/2008	São Paulo – Secretaria de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania	R\$120.000,00	R\$20.000,00		R\$100.000,00	27/06/2010	27/06/2011	Em execução. Vigência 02 (dois) anos. Prorrogado por 01 (um) ano. Celebrado em 27/06/2008.
Convênio	086/2008	Acre – Secretaria de Estado de Segurança Pública - 2008	R\$101.000,00	R\$1.000,00		R\$100.000,00	30/12/10	30/12/2011	Em execução. Vigência: 02 (dois) anos. Prorrogação: 01 (um) ano. Celebrado 09/12/2008.
Convênio	708226/2009	Pará – Secretaria	R\$290.453,92	R\$2.907,54		R\$287.846,38	15/01/2011	15/01/2012	Em execução. Vigência de 01



		de Estado de Justiça e Cidadania							Celebrado em 15/12/2009.
Convênio	708223/2009	Bahia - Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	R\$304.320,00	R\$4.500,00		R\$299.820,00	06/01/2011	06/01/2012	Em execução. Celebrado em: 15/12/2009.
Convênio	760336/2009	Prefeitura do Rio de Janeiro – Guarda Municipal do Rio de Janeiro – 2009	R\$128.557,90	R\$2.571,16		R\$125.986,74	28/12/2010	28/12/2011	Em execução. Celebrado em 15/12/2009.
Convênio	706035/2009	Prefeitura de Guarulhos – Secretaria municipal de Assistência Social e Cidadania	R\$360.880,00	R\$7.217,60		R\$146.916,56	15/01/2011	15/01/2012	Em execução. Celebrado em 15/12/2009.
Convênio	708225/2009	Ceará – Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania	R\$265.807,62	R\$27.000,62		R\$238.807,00	06/01/2011	06/01/2012	Em execução. Celebrado em 15/12/2009.
Termo de Cooperação	08015.000070/2010-91	MDS	R\$10.243.747,73	R\$9.243.747,73		0,00			
Termo de Cooperação	BRA/05/S25	UNODC	US\$1.210.000,00		R\$800.000,00	R\$1.921.400,00	28/11/2006	09/2012, porém há pedido em avaliação de alteração para 03/2013	O projeto está em processo e revisão substantiva com perspectiva de aumento do orçamento em mais US\$2.000.000,00 e prorrogação da vigência até o primeiro semestre de 2013
Contrato de Repasse	08015.001447/2010-29	UNODC	R\$435.000,00	R\$0,00	R\$150.000,00	R\$150.000,00	22/07/2010	22/07/2011	Em vigência

Fonte:

6.1.2) Quantidade dos instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	6 ETP 6 LAB-LD	5	0	497.600,00	1.099.079,68	0,00
Contrato de Repasse	0	0	1	0,00	0,00	150.000,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	3	3	3	802.900,00	50.000,00	800.000,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	15	8	4			

Fonte: Coordenação de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Laboratório de Tecnologia contra à lavagem de Dinheiro – LAB-LD/DRCI/SNJ

6.1.3) Informações sobre o conjunto dos instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	11 ETP 6 LAB-LD	11	1.358.169,68	206.745,84	
Contrato de Repasse	1	1	150.000,00	150.000,00	
Termo de Parceria	0	0	0,00	0,00	
Termo de Cooperação	2 ETP 9 LAB-LD	2	1.921.400,00	123.000,00	
Termo de Compromisso	0	0	0,00	0,00	
<b>Totais</b>	29				

Fonte: Coordenação de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Laboratório de Tecnologia contra à lavagem de Dinheiro – LAB-LD/DRCI/SNJ

6.1.4) Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênio e de contratos de repasse

Todos os convênios estão em fase de execução, o contrato de repasse não tem prestação de contas por se tratar de contribuição voluntária.

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente	
Nome:	
CNPJ:	UG/GESTÃO:

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte:

**Observações:** No exercício de 2010, os convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Justiça, por meio da Coordenação de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, encontram-se em execução. Portanto não estão em fase de Prestação de Contas.

*6.1.5) Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse*

*Todos os convênios estão em fase de execução, o contrato de repasse não tem prestação de contas por se tratar de contribuição voluntária.*

*Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse*

Valores em R\$  
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda <b>não vencido</b>	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise <b>vencido</b>	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE		
Quantidade					
		Montante repassado (R\$)			
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			

		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		
<b>Exercícios anteriores a 2008</b>	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado		

Fonte:

**Observações:** No exercício de 2010, os convênios celebrados com a Secretaria Nacional de Justiça, por meio da Coordenação de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, encontram-se em execução. Portanto não estão em fase de Prestação de Contas.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

**- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente**

Não se aplica a UJ

**- Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere**

Não se aplica a UJ

**-Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos.**

Em 2008 foi repassado um total de R\$ 1.300.500,00, sendo R\$ 497.600,00 aos conveniados e R\$ 802.900,00 para cumprir acordos de cooperação.

Em 2009 foi repassado um total de R\$ 1.149.079,68, sendo R\$ 1.099.079,68 aos conveniados e R\$ 50.000,00 para cumprir acordos de cooperação.

Em 2010 foi repassado um total de R\$ 1.516.770,00; sendo R\$ 566.770,00 aos conveniados; R\$ 150.000,00 para cumprir os contratos de repasse e R\$ 800.000,00 para cumprir acordos de cooperação.

**- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2010**

Capacitação das equipes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Termo de Cooperação assinado entre

SNJ, SPM e MDS no valor total de R\$ 10.243.747,73, sendo 9.243.747,73 do MDS e 1.000.000,00 da SNJ. O valor de 1.000.000,00 será transferido em 2011 pela SNJ para o MDS que será responsável pela execução da capacitação. **(Ação 40)**

Proposta de criação de um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e 13 Postos Avançados no estado do Amazonas - R\$ 495.184,83. Primeira parcela no valor de **R\$ 266.770,00 (Duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta reais)**, Ação: Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã, Classificação Programática: 06 422 1453 8857, PTRES nº 021404, Plano Interno nº 3006M000301, Natureza da despesa 3330.41, Nota de Empenho nº 2010NE902988 e à conta do Orçamento Fiscal da União para 2011, a segunda parcela no valor de **R\$ 233.034,70 (Duzentos e trinta e três mil e trinta e quatro reais e setenta centavos)**. Proposta aguardando liberação para publicação. **(Ação 41)**

Propostas ainda em fase de análise no SICONV **(Ação 41)**:

Proposta de implantação de 01 (um) Núcleo de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas no estado do Mato Grosso do Sul- R\$ 300.000,00. Proposta em fase de análise no SICONV. Aguardando liberação de recursos.

Proposta de apoio à transição de responsabilidade do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Goiás do Ministério Público para a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, bem como à estruturação da rede de atenção às vítimas deste crime - R\$ 400.000,00. Proposta em fase de análise no SICONV. Aguardando liberação de recursos.

Ademais, pretende-se criar, em 2011, 6 novos Núcleos e 4 novos Postos Avançados, em estados a serem definidos após análise técnica. Ressalta-se que para cada Núcleo ou Posto criado a média de recursos demandados é de 300.000,00, sendo 100.000,00 de capitais e 200.000,00 de custeio.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

#### **Não se aplica a natureza jurídica da UJ**

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto.

## Não se aplica a natureza jurídica da UJ

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

Dentre as obrigações do concedente, no caso o Ministério da Justiça – MJ –, está a realização de monitoramento, das atividades do supracitado Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP. Ressalte-se, ainda, que o Monitoramento está previsto na Cláusula Nona – Do Controle e Fiscalização, da Minuta assinada entre os partícipes quando da celebração do Convênio em 27 de junho de 2008.

Todos os estados conveniados receberam a visita de membros da coordenação para a realização do monitoramento. Os relatórios gerados a partir dessas visitas, à exceção do Rio de Janeiro, que ainda está em fase de confecção, e o de São Paulo que aguarda as considerações finais do NETP daquele estado, já foram enviados ao Secretário Nacional de Justiça no exercício de 2010

- Outras questões relevantes

## 7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### 7.1) Estrutura de controles internos da UJ

#### Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da			x		

probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					x
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Considerações gerais: A SNJ encontra-se plenamente integrada ao Sistema de Controle Interno da Assessoria Especial de Controle Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <i>Economia no consumo de energia, ausência de substâncias tóxicas, economia no consumo de água.</i>				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?  <i>Houve redução de cerca de 30% no consumo de energia desde o início da implantação do programa Energia Inteligente, mas não houve redução significativa no último ano. Não há programa para redução do consumo de água, mas torneiras econômicas têm sido instaladas nas reformas.</i>					x
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					x
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, com <i>Palestras (A3P, compras pública sustentáveis, coleta seletiva)</i> ,				x	



pôsteres, e-mail.unicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

#### Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

\* os Imóveis da União sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE/MJ e que são utilizados pela SNJ constam no quadro A.11.1 do Relatório de Gestão da SE.

#### Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ

	município 1		
	município 2		
	município "n"		
	<b>UF "n"</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

Fonte:

\* Os imóveis locados pela Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva/MJ atendem também a outras Unidades Jurisdicionadas do Ministério da Justiça. As informações sobre esses imóveis constam no quadro A.11.2 do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200143								
<b>Total</b>							<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

Fonte: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO-SPIUNET  
SIAFI – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

\* os Imóveis da União sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Logística/SPOA/SE/MJ e que são utilizados pelo SNJ constam no quadro A.11.3 do Relatório de Gestão da SE.

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

**Não se aplica a natureza jurídica da UJ**

## 10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>				x	
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				x	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				x	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				x	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	

Considerações Gerais: \* o planejamento, contratos de serviços e de pessoal, de aquisição de equipamentos que são utilizados pelo SNJ, é elaborado pelos servidores da SNJ em parceria com a sob a responsabilidade da União da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação/SPOA/SE/MJ

**LEGENDA**

**Níveis de avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

**11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

11.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se Aplica a natureza jurídica da UJ					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Providências Adotadas					
<b>Setor responsável pela implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					

11.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
Não se Aplica a natureza jurídica da UJ					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação:</b>	
<b>Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

11.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Não se Aplica a natureza jurídica da UJ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			

11.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Não se Aplica a natureza jurídica da UJ			
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>

<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação:</b>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	

## 12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

12.1) Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais:

Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Valores em R\$  
109.800,00

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>					<b>Sigla</b>
<i>Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime</i>					UNODC
<b>Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>					<b>Código</b>
<i>BRA/05/S25 – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil</i>					S25
<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”</b>					
<b>Código do Contrato:</b> <i>UNODC/2010/01/010</i>					
<b>Objetivo da consultoria:</b> <i>Elaboração do Country Report e demais documentos para o XII Congresso das Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal.</i>					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
<i>21/01/2010</i>	<i>30/04/2010</i>	<i>18.000,00</i>	<i>18.000,00</i>	<i>18.000,00</i>	<i>18.000,00</i>
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
<i>Primeira revisão e compilação dos documentos recebidos pelos órgãos governamentais para estruturação dos capítulos do Country Report.</i>			<i>15/02/2010</i>	<i>2.000,00</i>	
<i>Documento final do country Report</i>			<i>26/02/2010</i>	<i>4.000,00</i>	
<i>Relatório das reuniões temáticas do Grupo de Trabalho que definirá a posição brasileira no Congresso.</i>			<i>12/03/2010</i>	<i>4.000,00</i>	
<i>Elaboração de quadro cronológico que compile o planejamento das participações do governo brasileiro na plenária, nos workshops e nas reuniões auxiliares que acontecerão durante todo o Congresso.</i>			<i>26/03/2010</i>	<i>2.000,00</i>	
<i>Compilação das intervenções e dos arquivos das apresentações a</i>			<i>05/04/2010</i>	<i>2.500,00</i>	

<i>serem feitas pelas autoridades brasileiras.</i>			
<i>Levantamento de material produzido na área de tráfico de pessoas e crimes correlatos para o Congresso.</i>		09/04/2010	3.500,00
<b>Consultor contratado</b>			
<b>Nome do consultor:</b> <i>Cátia Aida Pereira da Silva</i>		<b>CPF:</b> 714.682.346-68	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>			
<b>Código do Contrato:</b> UNODC/2010/01/011			
<b>Objetivo da consultoria:</b> <i>Desenvolvimento de conteúdo para alimentação da página da Internet de enfrentamento ao tráfico de pessoas dentro do Portal do XII Congresso das Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal</i>			
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>	
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>
<i>21/01/2010</i>	<i>30/07/2010</i>	<i>24.500,00</i>	<i>24.500,00</i>
		<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
		<i>24.500,00</i>	<i>24.500,00</i>

<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> UNODC/2010/01/011					
<b>Objetivo da consultoria:</b> <i>Desenvolvimento de conteúdo para alimentação da página da Internet de enfrentamento ao tráfico de pessoas dentro do Portal do XII Congresso das Nações Unidas de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal.</i>					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
<i>21/01/2010</i>	<i>30/07/2010</i>	<i>24.500,00</i>	<i>24.500,00</i>	<i>24.500,00</i>	<i>24.500,00</i>

**Insumos Externos**

<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>
<i>Elaboração de plano de organização de conteúdo na página de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Portal do Congresso.</i>	<i>22/02/2010</i>	<i>3.500,00</i>
<i>Diagnóstico de conteúdo disponível na Internet que seja relevante para incluir na página de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas dentro do Portal do Congresso. Diagnostico dos atores nacionais na área de tráfico de pessoas e crimes correlatos, com o intuito de convidá-los para o Congresso.</i>	<i>12/03/2010</i>	<i>3.500,00</i>
<i>Produção e inserção de artigos, reportagens e links em português, inglês e espanhol na página de ETP dentro do Portal do Congresso.</i>	<i>19/03/2010</i>	<i>3.500,00</i>
<i>Elaboração e eventual tradução de documentos em inglês, português e espanhol para inclusão na página do enfrentamento ao tráfico de pessoas dentro do Portal do XII Congresso do Crime.</i>	<i>16/04/2010</i>	<i>4.000,00</i>
<i>Elaboração de newsletter em tráfico de pessoas e crimes correlatos.</i>	<i>19/05/2010</i>	<i>4.000,00</i>
<i>Levantamento e análise de material produzido na área de tráfico de pessoas e crimes correlatos para o Congresso.</i>	<i>24/06/2010</i>	<i>3.000,00</i>
<i>Avaliação das atividades realizadas no âmbito do Congresso.</i>	<i>21/07/2010</i>	<i>3.000,00</i>

<b>Consultor contratado</b>	
<b>Nome do consultor:</b> <i>Luciana Bueno Justiniano Ribeiro</i>	<b>CPF:</b> 717.372.781-20
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>	

<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> UNODC/2010/01/001					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Organização e planejamento de atividades de prevenção ao tráfico de pessoas com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
18/01/2010	31/03/2010	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
Proposta de organização e planejamento para a criação do II prêmio anual de pesquisas.			25/02/2010	4.000,00	
Proposta de Termos de Referência para realização de pesquisas específica sobre o perfil de atores relacionados ao tráfico de pessoas no Brasil.			22/03/2010	4.000,00	
Proposta de levantamento das políticas sociais básicas mais afetadas aos grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas.			05/03/2010	4.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Verônica Maria Teresi				<b>CPF:</b> 273.511.568-24	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>					

<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> UNODC/2010/01/002					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Organização e planejamento da coordenação de ETP, dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas dos Postos Avançados com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no contrato</b>	<b>Total previsto no exercício</b>	<b>Total pago no exercício</b>	<b>Total pago até o final do exercício</b>
08/02/2010	30/07/2010	20.000,00	20.000,00	8.000,00	8.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
Proposta de um manual de orientação de organização do funcionamento e planejamento das atividades dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas dos Postos Avançados.			08/03/2010	8.000,00	
<b>Consultor contratado</b>					
<b>Nome do consultor:</b> Aline Pedra Jorge-Birol				<b>CPF:</b> 023.789.954-07	
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b> foram cancelada a entrega de (02) dois produtos no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil) reais.					

<b>Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> UNODC/2010/01/009					
<b>Objetivo da consultoria:</b> Consultoria especializada para desenvolver metodologia estratégica em comunicação para Web e divulgação das ações do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao contrabando de Migrantes no Brasil por meio do Portal Segurança com Cidadania.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			



<i>Início</i>	<i>Término</i>	<i>Total Previsto no contrato</i>	<i>Total previsto no exercício</i>	<i>Total pago no exercício</i>	<i>Total pago até o final do exercício</i>
21/01/2010	12/11/2010	47.300,00	47.300,00	47.300,00	47.300,00
<b>Insumos Externos</b>					
<b>Produtos Contratados</b>					
<i>Descrição</i>			<i>Data prevista de entrega</i>	<i>Valor</i>	
<i>Plano de trabalho contendo as estratégias de comunicação, a metodologia de implantação e execução das atividades previstas para a realização dos produtos.</i>			01/02/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>Diagnose da ferramenta de comunicação – Portal Segurança com cidadania (<a href="http://www.segurnçacidada.org.br">www.segurnçacidada.org.br</a>) – com dados contabilizados, como: levantamento do número da publicações científicas veiculadas, média de inserções de notícias diárias, número de acessos, número de questionamentos e avaliação geral das possibilidades de divulgação e utilização do Portal no processo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes no Brasil, justiça e cidadania.</i>			25/02/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>Elaboração e criação de estratégias de comunicação para divulgação do assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania com utilização do Portal Segurança com Cidadania.</i>			10/03/2010	<b>4.3000,00</b>	
<i>Desenvolver metodologia para a administração de notícias, artigos, informações, publicações, matérias, notas sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania no Portal Segurança com Cidadania.</i>			25/04/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>Desenvolver estratégias de captação, seleção e organização de todos os conteúdos referentes ao assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania no Portal Segurança com Cidadania.</i>			15/05/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>1º Relatório de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando a aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente a março de 2010.</i>			09/06/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>2º Relatório de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando a aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente a abril de 2010.</i>			20/07/2010	<b>4.300,00</b>	
<i>3º Relatório de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando a aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de</i>			07/08/2010	<b>4.300,00</b>	

<i>Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente a maio de 2010.</i>		
<i>4º Relatório de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando a aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente a junho de 2010.</i>	19/09/2010	<b>4.300,00</b>
<i>5º Relatório de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando a aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente a julho de 2010.</i>	02/10/2010	<b>4.300,00</b>
<i>Relatório final de monitoramento da administração de conteúdos, contemplando um balanço geral e sugestões de continuidade da aplicabilidade de estratégias de divulgação e ação em comunicação, sobre o assunto Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes no Brasil, Justiça e Cidadania disponibilizados no Portal Segurança com Cidadania, referente ao período correspondente a vigência deste contrato de consultoria.</i>	20/11/2010	<b>4.300,00</b>
<b>Consultor contratado</b>		
<b>Nome do consultor:</b> Ana Cláudia Mariano de Castro		<b>CPF:</b> 716.938.661-53
<b>Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:</b>		

## 12.2) Análise Crítica

Com base nas atividades desenvolvidas no exercício de 2010, somos de opinião que houve significativo avanço no desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Entretanto, é necessário ampliar a Cooperação Técnica Internacional, entre o Brasil e os países de destino de vítimas brasileiras, o que possibilitará o desenvolvimento de ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, e de atenção às vítimas.

## **13. RESULTADOS E CONCLUSÕES**

### **13.1) Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ**

Foram cumpridas todas as metas físicas e financeiras das ações da Secretaria, conforme relatórios no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN.

### **13.2) Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las**

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos Departamentos da SNJ, em 2010, foi a necessidade de manter a continuidade do serviço com o número escasso de servidores, prestadores de serviço e estagiários. A situação foi agravada com a substituição de prestadores de serviço por servidores, não atendendo a proporcionalidade de um para um.

Houve, também, dificuldade de selecionar servidores qualificados para o bom desempenho das atribuições do DEJUS. No caso da Coordenação de Classificação Indicativa, por exemplo, apesar de o edital do Concurso para o Ministério da Justiça contemplar carreiras de especialização variada, não contempla – ou não o faz em número suficiente – profissões indispensáveis para o pleno desenvolvimento das atividades específicas do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça.

A Classificação Indicativa é uma política pública de comunicação e promoção da cidadania efetiva, reconhecidamente implementada e consolidada. Por isso, faz parte da rede de proteção de crianças e adolescentes. Apesar de consolidada, é uma política sensível devido ao caráter sistêmico que envolve tanto o Governo Federal, quando a sociedade e as emissoras de televisão.

Para o desempenho das atividades inerentes à classificação indicativa, é necessário que este Departamento conte com profissionais especializados nas áreas de audiovisual, antropologia e especialista em jogos eletrônicos e de interpretação (não contemplados pelo concurso), além de psicologia, sociologia e comunicação social (contempladas pelo concurso, porém com poucas vagas).

A multiplicidade de formações profissionais garante ao processo de classificação a troca de experiências entre diferentes perfis durante a análise de obras audiovisuais e, também de jogos. Isto porque o modelo brasileiro de classificação envolve uma parte objetiva, por meio dos critérios contidos no Manual da Classificação Indicativa e uma parte subjetiva, que conta com a prerrogativa

de que os analistas tenham experiência em analisar contextos apresentados em linguagem audiovisual.

No caso da análise de jogos, por exemplo, é necessário que o analista saiba como jogá-los, ao mesmo tempo em que analisa os potenciais riscos que podem causar se apresentados a crianças e adolescentes.

Outra dificuldade encontrada foi a de seguir com a análise das prestações de contas de entidades sociais sem contar com um profissional especializado em contabilidade.

Uma das atribuições do DEJUS/SNJ/MJ é fiscalizar entidades sociais, sem fins lucrativos, tituladas como Utilidade Pública Federal (UPF), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, ainda, as organizações estrangeiras autorizadas a funcionarem no Brasil. A fiscalização dessas entidades se dá pela análise das prestações anuais de contas dessas entidades. Só em 2010, cerca de 10 mil entidades sociais prestaram contas ao Ministério da Justiça. A análise de balanço contábil demanda conhecimentos específicos da área de contabilidade, perfil profissional inexistente na Coordenação de Entidades Sociais. Até 2010, o Departamento contava com dois contadores e um técnico em contabilidade. Todos funcionários terceirizados, que foram dispensados em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo MJ, referente a prestadores de serviço. Desde então, a Coordenação está desfalcada de servidores com conhecimento na área, o que pode comprometer o bom andamento dos trabalhos. Ademais, é fato que a Central de Atendimento da SNJ recebe frequentemente demandas dos cidadãos para o esclarecimento de questões contábeis. Os servidores da Central de Atendimento também não têm qualificação para esclarecer tais questões.

As principais dificuldades encontradas pela Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foram: orçamento reduzido para a implementação de novos Núcleos e Postos Avançados e dificuldades no âmbito da articulação com alguns ministérios para a execução das metas do I Plano Nacional

## 14. ANEXOS

### I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

[Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 12.309, de 9 de agosto de 2010.]

### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que as informações referentes a contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres no âmbito da Secretaria Nacional de Justiça estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria- SICONV, conforme estabelece o art. 19, da lei n° 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Declaro, ainda, que estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 31 de março de 2011



PAULO ABRÃO

Secretário Nacional de Justiça

II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº  
107/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS  
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II, 4º andar – Sala 402  
CEP: 70064-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 2025-3827 – e-mail: [cgrh@mj.gov.br](mailto:cgrh@mj.gov.br)

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores da Secretaria Nacional de Justiça, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, Exercício 2010, Ano-Base 2009, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 25 de março de 2011.

**EDSON RAIMUNDO MACHADO**  
Coordenador-Geral de Recursos Humanos

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010

**Não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

Os itens 31 do anexo II da DN TCU nº 107/2010,

**apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período, tendo em vista que, desde 2008, após revisão substantiva, o Projeto BRA/S 25 não conta mais com recursos externos.**

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº  
107/2010

**Não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

**1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

**DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA - SNJ		200143	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	01 de março de 2011
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC n°</b>	DF 9.261/O-7

*Oséias da Silva*  
CCONTIDPROGISE/MJ  
Chefe de Serviço  
SIAPE N° 016523092

*José Carlos Gomes*  
CCONTIDPROG/BE/MJ  
Coordenador



VI - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, *QUANDO A LEGISLAÇÃO DISPUSER A RESPEITO REFERENTE AO ITEM 5 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010*

**Não se aplica a natureza jurídica da UJ**

VII - DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DETALHADO POR PUBLICIDADE INSTITUCIONAL, LEGAL, MERCADOLÓGICA, DE UTILIDADE PÚBLICA E PATROCÍNIOS, RELACIONANDO DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRABALHO UTILIZADOS, VALORES E VIGÊNCIAS DOS CONTRATOS FIRMADOS COM AGÊNCIAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E OS VALORES E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS DE PATROCÍNIOS CULTURAIS E ESPORTIVOS REFERENTE AO ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

**As informações referentes a esse item, constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.**

VIII - AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, REFERENTE AO ITEM 31 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais e etc;

**Não se aplica a natureza jurídica da UJ**

b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

**As informações referentes a esse item, constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.**

IX - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
Secretaria Nacional de Justiça	1164	Prevenção e Combate a lavagem de Dinheiro	2332	Quebra de Sigilo Bancário no Exterior
			2390	Capacitação Técnica de Agentes em Combate à Lavagem de Dinheiro
			8217	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA
			8217	Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD
Secretaria Nacional de Justiça	1413	Promoção da Justiça e da Cidadania	12Y3	12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal – 12º CPCJC
			2272	Gestão e Administração do Programa
			2328	Capacitação de Agentes nas Áreas de Justiça e Cidadania
			2330	Negociação de Acordo de Cooperação Internacional
			2735	Cadastro nacional de Entidades
			6436	Classificação de Diversões e Espetáculos Públicos
			8192	Implantação do Serviço de Prestação Internacional de Pensão Alimentícia
			8198	Produção e Disseminação de Informações, Estudos e Pesquisas
			8204	Apoio aos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
			8972	Apoio a Albergues para Refugiados
			12TT	Criação do Centro de Referência sobre Migração
Comentários do responsável: A execução das ações desses Programas demonstra que as metas físicas foram majoritariamente atendidas e as metas orçamentárias se encontram dentro dos padrões razoáveis de execução.				
Notas:				
1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;				
2. A unidade deve se posicionar, no campo “Comentários do responsável” sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.				

X - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO OU DOS FUNDOS EXECUTADOS QUE NÃO ESTÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE REFERENTE AO QUADRO II.C.3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Programa ou Fundo	Forma de participação	Responsabilidades da entidade na execução
Não se aplicam à natureza jurídica da UJ.		

XI - DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TERCEIRIZADOS IRREGULARES NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

<b>Quantitativo de servidores terceirizados irregulares e servidores concursados ao final do exercício</b>					
Ano	Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Concursados (A)	Terceirizados (B)	B/(A+B) (C)
2007					
2008					
2009					
2010					

**As informações referentes a esse item, constarão no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.**

XII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIDORES TERCEIRIZADOS IRREGULARES POR SERVIDORES CONCURSADOS (ACÓRDÃO TCU N.º 1.520/2006-PLENÁRIO) REFERENTE AO QUADRO II.C.5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010

Órgão/Entidade da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional	Vinculação Ministerial	Providências adotadas para substituição por servidores concursados

**As informações referentes aos quadros II.C.5 e II.C.6 da Parte C do Anexo II da DN TCU n° 107/2010, constam no Relatório da Secretaria Executiva do MJ, responsável pela gestão do contrato de terceirizados irregulares, bem como pelo cronograma de substituição destes postos de trabalho por servidores concursados.**